



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS**

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P88660-AO)**

**PRESTADORE DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS**

**PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)**

**da**

**FAZENDA DE PASCOAL MIRANDA**

**MUNICÍPIO DO AMBOIM, CAFÉ BIOLÓGICO**

**Iniciativa:**



**Financiamento:**



**Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRI, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola**

**JULHO DE 2021**



## ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	7
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1. Objectivos e âmbito do PGAS .....	9
1.2. Estrutura e conteúdos do PGAS.....	10
<b>2. DESCRIÇÃO DO PROJETO:</b> .....	11
2.1. Objectivos do projecto .....	11
2.2. Beneficiários do projecto .....	11
2.3. Breve descrição do projecto proposto .....	11
2.4. Actividades do projecto .....	12
2.5. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto .....	13
<b>3. DESCRIÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b> .....	15
Actividade e emprego .....	17
Agregado familiar e habitação.....	17
3.2. Enquadramento local .....	18
Uso actual da terra na área do projecto.....	19
3.1. Áreas de Conservação e protegidas.....	25
<b>4. ARRANJO INSTITUCIONAL, QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO</b> .....	26
4.1. Arranjo institucional para a implementação do PGAS .....	26
<b>5. QUADRO POLÍTICO E JURÍDICO</b> .....	28
<b>6. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS</b> .....	28
6.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais.....	29
6.1.1. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto.....	29
6.1.2. Classificação dos impactos.....	30
<b>7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b> .....	32
<b>8. PROGRAMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO/MONITORIA DO SUBPROJECTO</b> .....	38
8.1. Propósito.....	38
8.2. Meios de verificação e indicadores de execução .....	38
8.3. Acompanhamento e Monitoria .....	38
<b>9. RESPONSABILIDADES E DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS</b> .....	45
<b>10. ESTIMATIVA DE CUSTOS</b> .....	45
<b>11. CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS</b> .....	48
<b>12. PLANO DE CONSULTA PÚBLICA</b> .....	49
12.1. Visão Global das Salvaguardas Ambientais e Sociais do PDAC .....	49



12.2.	Engajamento ou Envolvimento das Partes Interessadas .....	50
12.3.	A consulta pública oficial .....	50
12.4.	Procedimentos de consulta pública .....	50
12.5.	A consulta pública do proponente (o empresário agrícola) .....	51
12.6.	Actividades realizadas no corredor no âmbito do processo de consulta pública .....	51
13.	<b>MECANISMO DE SUGESTÕES E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (MSGR) .....</b>	<b>51</b>
13.1.	Visão Global das Salvaguardas Ambientais e Sociais do PDAC .....	51
13.2.	Definições e procedimentos de reclamações .....	52
13.3.	Integração das Questões de Género .....	52
13.4.	O MSGR e os canais de comunicação associados .....	53
13.5.	Mecanismo de Resolução de Reclamações ao nível das comunidades .....	53
13.6.	Canais específicos, ao nível comunitário, para lidar com as questões sociais e de género .....	54
13.7.	Procedimentos de gestão das reclamações e queixas a nível dos subprojectos .....	54
14.	<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>
	<b>Anexo I. Requisitos legais no âmbito do projecto .....</b>	<b>56</b>
	<b>Anexo I.1. Legislação Angolana, Quadro Normativo e Institucional .....</b>	<b>56</b>
	<b>Lei nº 25/12 – de 22 de Agosto de 2012 .....</b>	<b>56</b>
	<b>Anexo I.2. Legislação Angolana, Quadro Normativo e Institucional .....</b>	<b>57</b>
	<b>I.3. Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial Aplicáveis .....</b>	<b>58</b>
	<b>Anexo II. Formulário de Mecanismo Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC .....</b>	<b>59</b>
	<b>Anexo III. Medidas de Mitigação para Agricultura na fase da Implementação .....</b>	<b>60</b>
	<b>Anexo IV: Relatório das Consultas Públicas .....</b>	<b>62</b>
	<b>Anexo IV.1. Listas de presenças .....</b>	<b>65</b>
	<b>Apresentação PGAS .....</b>	<b>67</b>
	<b>Anexo IV.3 : Legislações e políticas do Governo .....</b>	<b>70</b>
	<b>Anexo V: Título de Concessão de terras .....</b>	<b>71</b>



## Índice de Tabelas

		<b>Página</b>
Tabela 1	Histórico da produção da fazenda Pascoal Miranda	24
Tabela 2	Composição da equipa do TSP da BRLI-SIRIUS	25
Tabela 3	Critérios usados para determinar a consequência do impacto	29
Tabela 4	Classificação dos impactos	20
Tabela 5	Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação	33
Tabela 6	Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação	34
Tabela 7	Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação	35
Tabela 8	Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação	36
Tabela 9	Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação	37
Tabela 10	Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	39
Tabela 11	Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	40
Tabela 12	Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	41
Tabela 13	Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	42
Tabela 14	Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	43
Tabela 15	Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	44
Tabela 16	Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	45
Tabela 17	Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda	46
Tabela 18	Calendário de implementação e relatórios	47



## Índice de Figuras

		<b>Página</b>
Figura 1:	Componentes do PDAC	8
Figura 2:	Localização da Fazenda Pascoal Miranda, no município da Quibala, Província do Cuanza Sul	18
Figura 3:	Mapa da fazenda	19
Figura 4:	Perfil topográfico do terreno L/W	19
Figura 5	Perfil topográfico do terreno N/S	20
Figura 6	Mapa das áreas protegidas em Angola	24



## Lista de Acrónimos

**PDAC:** Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola

**TSP:** Técnicos Prestadores de Serviços;

**BRLi-SIRIUS:** Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor B;

**PME:** Pequenas e Média Empresas;

**MINAGRIF:** Ministério da Agricultura e Florestas;

**M & A:** Monitoria e Avaliação;

**BM:** Banco Mundial;

**UIP:** Unidade de Implementação do Projecto;

**IDA:** Instituto de Desenvolvimento Agrário;

**EDA:** Estação de Desenvolvimento Agrário

**SSMA:** Saúde Segurança do Trabalho e Meio ambiente

**OMS:** Organização Mundial da Saúde

**PHSST:** Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

**VBG:** Violência Baseada no Género

## Anexos

Anexo I	Requisitos legais e âmbito do projecto
Anexo II	Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
Anexo III	Medidas de mitigação para a agricultura na fase de implementação
Anexo IV	Relatório das consultas públicas sobre os PGAS
Anexo V	Título de Concessão de Terras



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A equipa do TSP BRLI-Sirius submete ao Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola (PDAC) o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o Plano de Negócio da Fazenda do Senhor Pascoal Miranda. A proposta foi preparada e concebida seguindo as normas do Banco Mundial e a Legislação vigente na República de Angola com a finalidade de apresentar um quadro ilustrativo dos impactos ambientais e sociais negativos do subprojecto, propostas de mitigação dos riscos, medidas de salvaguardar ambientais e sociais e um plano de monitorização ambiental e social.

Não obstante a equipa da TSP BRLI-Sirius durante a fase da triagem ambiental e social do subprojecto não ter identificado objectivos de edificação de infraestruturas, pelo facto de ser um subprojecto de orientação para agricultura comercial, o estudo apresenta proposta de levantamento dos Impactos Negativos do Subprojecto e as principais questões ambientais e sociais relacionadas com aspectos mensuráveis como a conservação e gestão de solo, gestão de nutrientes de solo, gestão de resíduos sólidos, gestão da água, gestão de pragas, uso e gestão, biodiversidade e ecossistemas, sementes melhoradas; higiene, segurança e saúde ocupacional, assédio sexual (AS), violência baseada no género (VBG), transmissão de doenças sexuais e outros aspectos decorrentes da ampliação da área do subprojecto.

A categoria ambiental e social do projecto foi estabelecida por consultores de salvaguarda ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada pela BRL/SIRIUS. O projecto foi classificado como categoria B, sujeito a apresentação de um PGAS que incluía disposições sobre gestão de pragas e doenças e de gestão de resíduos.

No âmbito da categorização ambiental e social foi também preenchida a ficha de pré-avaliação/triagem do Reassentamento Involuntário. Pelo preenchimento da ficha concluiu-se que o Plano de Negócio da Fazenda de Pascoal Miranda, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais. O projecto não irá igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

O presente PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, as propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do subprojecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração de relatórios bem como a estimativa de custos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação durante os 5 anos de implementação do subprojecto.

O PGAS foi sujeito à consulta pública parcial para sua divulgação e recolha de informações (feedback) em primeira instância pelo PDAC órgão financiador do



subprojecto, autoridades locais, proponente e os trabalhadores da fazenda.

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), é um documento que traça as directrizes gerais de gestão ambiental e social para as operações normais do supprojecto. Inclui procedimentos e especificações ambientais e sociais (integrando as medidas de mitigação) e oferece uma visão geral dos papéis e responsabilidades fundamentais de cada um dos intervenientes. As especificações ambientais e sociais estão divididas em matriz para a fase de construção e matriz para a fase de operação.

Este PGAS diz respeito ao Plano de Negócio da Fazenda do Senhor Pascoal e a sua elaboração teve o suporte técnico da equipa da BRLI -SIRIUS, contratada no âmbito do PDAC. O Plano de Negócio da fazenda visa a produção de café robusta com tecnologia 100% biológica em 30 hectares.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas:

### **Componente 1: promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio**

A Componente 1 pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.

**Subcomponente 1.1:** Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização

**Subcomponente 1.2:** Garantias parciais de crédito

### **Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing**

A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”) seleccionadas com base na localização (agrupamento) da demanda por subprojectos de agricultores e PMEs do agronegócio da Componente 1.

**Subcomponente 2.1:** Reabilitação de Estradas Rurais

**Subcomponente 2.2:** Apoio a Projetos Públicos de Irrigação

**Subcomponente 2.3:** Conexões de eletricidade rural de último km

### **Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios**

A Componente 3 irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao

desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).

#### **Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto**

A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)

As quatro componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de seis cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos):

**Corredor A:** cobertura de seis províncias (Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Malanje, Uíje);

**Corredor B:** cobertura de cinco províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila, Benguela), (Figura 1)



**Figura 1: Componentes do PDAC**

Em conformidade com o conhecimento sobre as limitações dos produtores para darem o salto para uma agricultura comercial e orientada para o mercado, devido ao limitado conhecimento e manuseamento de tecnologias avançadas, acesso ao financiamento e mercados seguros, o PDAC recrutou o Técnico Prestador de Serviços (TSP) BRLI-Sirius, empresa especializada em consultoria para prover assistência técnica na elaboração de Planos de Negócio e acompanhamento dos proponentes.

O PDAC em conformidade com os dados de levantamento preenchidos pelo TSP BRLI-Sirius na Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social de Subprojectos e obedecendo aos requisitos ambientais e sociais estabelecidos pelo Banco Mundial, atribuiu ao subprojecto “Fazenda Epandi a **categoria B**, cujos potenciais impactos ambientais adversos podem afectar as populações humanas e/ou áreas ambientalmente importantes, com impactos específicos ao local do subprojecto e que podem ser mitigados com acções ambientais e sociais. Deste modo, a equipa ambiental e social da BRLI - SIRIUS apresenta o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), onde são definidas as acções de mitigação dos impactos e o programa de monitorização proposto, que o proponente deverá desenvolver e implementar para as fases de construção, implementação e operação do projecto com apoio dos especialistas da BRLI-Sirius e monitorização do PDAC e entidades multissetoriais estatais competentes.

#### **1.1. Objectivos e âmbito do PGAS**

O presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) foi preparado para fornecer um quadro global para a gestão ambiental e social das actividades do subprojecto da Fazenda Epandi a ser implementado no âmbito do PDAC, e deve ser usado como

ferramenta prática durante a sua implementação. Os objectivos específicos deste PGAS são:

- Estabelecer procedimentos claros e metodologias de integração das questões ambientais e sociais durante as fases de planeamento, análise, aprovação e implementação deste subprojecto a ser financiado no âmbito do PDAC;
- Preestabelecer mecanismos de preparação e implementação de subprojectos que permitam tratar adequadamente as questões de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial (BM);
- Avaliar os potenciais impactos ambientais e sociais do subprojecto e propor medidas de mitigação;
- Identificar as necessidades de treinamento e fornecer um orçamento para formação e capacitação do proponente durante de implementação a fase de implementação;
- Elaborar um plano de monitorização ambiental e social.

Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados. Desta forma, o PGAS é um instrumento que orienta a gestão e monitorização dos impactos negativos previamente identificados através da triagem e categorização ambiental e social.

A Preparação deste PGAS teve em conta os requisitos da legislação ambiental e social angolana bem como as políticas de salvaguarda ambiental e social do Banco Mundial relevantes (Ver anexo I).

## **1.2. Estrutura e conteúdos do PGAS**

O PGAS da fazenda em referência está estruturado da seguinte forma:

- SUMÁRIO EXECUTIVO
- CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO
- CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO DO PROJETO
- CAPÍTULO 3: DESCRIÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- CAPÍTULO 4: QUADRO INSTITUCIONAL, JURÍDICO E POLÍTICO
- CAPÍTULO 5: IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS
- CAPÍTULO 6: PROGRAMA DE POTENCIAÇÃO E MITIGAÇÃO
- CAPÍTULO 7: PROGRAMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO/MONITORIA
- CAPÍTULO 8: CONSULTAS E DIVULGAÇÃO
- CAPÍTULO 9: RESPONSABILIDADES E DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS
- CAPÍTULO 10: ESTIMATIVA DE CUSTOS
- CAPÍTULO 11: CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS
- CAPÍTULO 12: PROGRAMA DE CONSULTA PÚBLICA
- CAPÍTULO 13: MECANISMO DE SUGESTÕES E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES
- CAPÍTULO 14: ANEXOS

## **2. DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

### **2.1. Objectivos do projecto**

- Reabilitação completa da fazenda de 30 ha através da renovação de 10 ha de cafezais antigos (substituição de antigos pés (de mais de 50 anos de idade) por novas mudas) que vão somar 20 ha já anteriormente reabilitados pelo proponente. Produzir café biológico de alta qualidade através de tecnologias adequadas em primeiro lugar nas parcelas de café ao longo do ano sem químicos nem fertilizantes minerais, em segundo lugar nas operações de colheita (várias colheitas para seleccionar as cerejas maduras) e enfim no processamento pós colheita;
- Produzir mudas melhoradas para fornecimento às fazendas vizinhas que necessitam entrar num processo de renovação completas dos seus cafezais.
- Assegurar a transformação (de café cereja ou café de coco) e a comercialização das produções das fazendas vizinhas para empresas de torrefação/comercialização/exportação de café para um volume final de 20 toneladas anuais de café comercial que será adicionado às 12,5 toneladas provenientes da fazenda do Sr. Miranda. O Projecto foi formulado considerando as condições favoráveis do mercado em termos de procura e os canais atualmente existentes para o efeito.

### **2.2. Beneficiários do projecto**

Pascoal Miranda será o principal beneficiário do projecto.

A estrutura operacional do plano de negócios será feita da seguinte forma: - 1 Diretor Geral (Eng. Agrónomo) - 1 Contabilista - 1 Técnico agrícola - 1 Operador de máquinas - 3 Técnicos de campo - 3 Viveiristas - 1 Assistente de Cozinha.

O Plano de Negócios prevê inserir 2 mulheres e 8 homens como trabalhadores permanentes e como eventuais inverter o procedimento, passando as senhoras a serem em número superior ao dos homens. Por outro lado, com excepção do período de colheita, todos os trabalhos serão realizados pelo pessoal permanente. Outro objectivo do SR MIRANDA é prestar serviço às fazendas vizinhas através da venda de mudas de alta qualidade, de assistência técnica nas diferentes fases da produção de café assim como assegurar a comercialização das produções das fazendas vizinhas. Dessa forma pode se aumentar os beneficiários com o apoio à 25 fazendas. A fazenda vai precisar de mão de obra eventual sobretudo na fase da colheita e das sachas e na descasque do café. Por isso populações das aldeias vizinhas terão oportunidades de rendimentos financeiros através das atividades da fazenda.

### **2.3. Breve descrição do projecto proposto**

O Plano de Negócio projecta iniciar as actividades no mês de Novembro de 2021 embora o processo de selecção de cafeeiros para a multiplicação vegetativa deverá incitar com a colheita e pesagem da produção individual e a efetivação do agóbio para o arranque da produção de



brotos ou filhos que serão clonados, passando por uma fase de enraizamento antes de serem repicados nas bolsas. A produção de mudas será realizada de Novembro/Março a Outubro/Novembro, época de plantação.

Os cuidados dos cafezais (sachas, podas e outras operações) são para o ano inteiro.

A segunda quinzena do mês de Junho é a fase em que inicia oficialmente a campanha de colheita de café e é a altura exacta para a selecção do café que será reservado para a sementeira. Nesse período (Junho a Julho) realizar-se-à (1) a compra de café cereja ou coco nas fazendas vizinhas e a secagem, selecção/processamento do café para se obter o café comercial. Por outro, o melhoramento das infraestruturas deve ter lugar na época de cacimbo com vista a aproveitar a época seca para o efeito.

## **2.4. Actividades do projecto**

Para a implementação do Projecto prevê-se a realização das seguintes actividades:

### ***Fase 1: Construção***

#### **i. Aquisição de equipamentos;**

O Plano de negócio prevê a aquisição de 1 pacote de ferramentas para trabalhos nos viveiros, 2 capinadeiras portáteis, 1 pacote de ferramentas de manutenção do cafezal e 1 mesas de secagem de café.

#### **ii. Melhoramento de infraestruturas de processamento da produção**

A fazenda possui em bom estado 1 Cantina e armazém 107,9 m<sup>2</sup> ; 1 Escritório de 105,65 m<sup>2</sup> ; 1 Residência Principal 97,22 m<sup>2</sup>; Espaço de descasque de café 23 m<sup>2</sup> e Jango 22,7 m<sup>2</sup>. O proponente pretende melhorar as infraestruturas de processamento do café.

#### **iii. Contratação e capacitação do pessoal**

Dotado de experiências o proprietário da fazenda encarrega-se de efetuar a capacitação do seu pessoal de trabalho, procurando atualizar e aumentar os conhecimentos dos seus trabalhadores considerando a grande aposta que faz para a cafeicultura. Em cada fase de trabalho, o proprietário organizará uma fase de formação, primeiro aos chefes de brigada e depois a todos os trabalhadores. Estes ciclos terão como elementos a parte agrotécnica, recolha de dados e gestão cafeícola de maneiras a permitir um melhor encaixe do seu pessoal na realidade da cultura em que trabalham. O técnico agrônomo receberá igualmente a sua formação na fazenda e este crescerá de maneira continua podendo substituir o gestor nas fases subsequentes. Objetivo do Plano de Negócio é o Sr. Miranda se tornar a prestar assistência técnica aos seus vizinhos para que se cria um núcleo de produtores de alta quilificação e produção de café biológico respeitando os melhores padrões conhecidos.

### **Fase 2: Operação e construção**

- iv. Manutenção das parcelas antigas em produção e colheita até desapareção de tais cafezais;

No primeiro ano erão reabilitados 10 hectares de cafezais antigos.

- v. Instalação do Viveiro e produção das mudas para as necessidades de plantação

Nos anos seguintes serão produzidas 20 000 mudas anuais para vender e permitir reabilitar 10-12 ha de fazendas vizinhas);

- vi. Limpeza parcial em 10 ha no primeiro ano das novas plantações mantendo ou prevenendo uma sombra adequada, marcação das linhas de plantação e coveamento pré plantação;
- vii. Plantação de 10 hectares no primeiro ano;
- viii. Manutenção cuidadosas das novas plantações durante os dois primeiros anos com capinas muito regulares (a cada 2 meses no primeiro ano e 3 meses no segundo ano), poda de formação, reposição de mudas faltantes, irrigações durante o cacimbo, cobertura morta etc. ;
- ix. Manutenção regular dos cafezais de 3anos de idade e mais, com podas regulares, coberturas mortas, sachas regulares (4 por ano no mínimo), colheita selectiva com 2 passagem em cada parcela, poda de regeneração a cada 5-6 anos, etc.;
- x. Estabelecimento de alianças produtivas duma parte através da produção e fornecimento de mudas de café e de outra parte para a comercialização do café

## **2.5. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto**

Será utilizada uma tecnologia 100% biológica e estará relacionada com as diferentes etapas do ciclo cafeícola anual:

Para a produção de pés (viveiro) orientou-se a fazenda na reprodução das mudas através de estacas (reprodução vegetativa) que é a mais indicada para o café robusta para manter uma qualidade similar ao pé mãe. Assim serão seleccionados dentro dos cafezais, cafeeiros livres de doenças, de alta produtividade com a produção média de 1,5 a 2,5 Kg de café comercial por planta para onde levar as estacas. A clonagem será realizada usando hormonas que favorecem as raízes, depois as estacas com raízes serão plantadas dentro do viveiro, até atingir a idade prevista para a sua plantação ou venda no mercado.

Dentro das parcelas antigas a substituição do cafezal será realizada com limpeza da parcela, organização da parcela, preparação do solo mediante coveamento, aterro de cova, seleção de mudas sãs, plantação, manutenção da plantação muito cuidadosa nos primeiros anos e mais normal nos anos a seguir, colheita a maturidade das cerejas (duas colheitas por parcela) e tratamento pós colheita seguindo a via húmida.

Os cafezais serão organizados em linhas de 3mX1,5m para permitir fácil passagem dentro do cafezal e facilitar as sachas mecânicas (com sachadeira portátil e mesmo sachadeira atrás dum tractor quando o declive permitir).

Para as operações culturais nos cafezais serão realizadas sachas muito regulares (4 a 6 por ano), poda de formação no primeiro ano, podas anuais e podas de regeneração a cada 5-6 anos.

Não serão usados quaisquer químicos ou fertilizantes de síntese. Portanto o capim será mantido nos pés para fazer um mulching e poderá se utilizar composto biológico quando se encontrar. Para o combate a praga e doença, se realizará uma luta biológica com eliminação/substituição dos pés de café doentes e uso de inseticidas biológicos produzidos dentro da fazenda a partir de plantas selecionadas.

A Colheita será realizada seleccionando unicamente as cerejas maduras o que significa 2 a 3 colheitas sucessivas durante o tempo de colheita (fim de Maio e Junho)

O processamento será realizado pela via seca cuidando de manter limpeza e qualidade do café. Os grãos doentes, malformados ou com defeitos serão eliminados.

## **2.6. Principais objectivos específicos do projecto**

### **1) Em termos de produção agrícola na fazenda**

Acabar com a reabilitação completa da fazenda de 30 há através da renovação dos últimos 9-10 há de cafezais antigos (substituição de antigos pés (de mais de 50 anos de idade) por novas mudas) que vão somar 20 ha já anteriormente reabilitados pelo proponente. Assim como quando necessário, no cafezal já reabilitados a realização de podas de regeneração pelas plantações de mais de 7-9 anos.

Produzir café biológico de alta qualidade através de tecnologias adequadas em primeiro lugar nas parcelas de café ao longo do ano sem químicos nem fertilizantes minerais, em segundo lugar nas operações de colheita (várias colheitas para seleccionar as cerejas maduras) e enfim no processamento pós colheita, com tecnologias via seca e secagem do café de forma controlada evitando qualquer sujidade externa e realizando uma seleção severa conforme a qualidade.

Com tais padrões de qualidade, se pretende produzir na fazenda uma média de 850 kg de café coco por há ou um total para os 30 há produtivas de 25,5 toneladas anual.

### **2) Em termos de viveirista prestador de serviço para as aldeias vizinhas**

Tornar se como um produtor reconhecido de mudas de alta qualidades e reconhecido como tal nos arredores da fazenda. Por isso o Sr Miranda pretende produzir mudas melhoradas para fornecimento das fazendas vizinhas que necessitam entrar num processo de renovação completas dos seus cafezais.

O senhor Miranda tornará se assistente técnico dos seus vizinhos por orientar o restabelecimento/renovação dos cafezais e orienta los a produzir café de qualidade.

A atividade de viveirista terá que acompanhar esse trabalho de assistente técnico e de acostumar os vizinhos a seguir os conselhos prestados e a vender as produções de café (cereja ou coco) ao senhor Miranda conforme a terceira direção.

Nessa atividade de viveirista, O primeiro ano será focalizado na produção de mudas necessárias para renovar os últimos 9-10 há que se pretendem reabilitar na sua própria fazenda seja aproximadamente 20 000 mudas acrescentados com 500 mudas de grevilhas. Nos anos a seguir, o Sr Miranda pretende manter tal nível de produção o que permitirá reabilitar uma media de 11-12 há nas aldeias de vizinhos.



O preço de venda das mudas não deverá exceder os 50 kz por pé. Essa atividade não será muito rentável, mas permitirá reter os vizinhos como fornecedores de café cereja ou coco como explicado no terceiro ponto.

Caso haver encomendas mais estável o sr Miranda será em capacidade de aumentar a sua produção para responder á demanda.

### **3) Em termos de processamento e comercialização do café**

O senhor Miranda já dispõe dum descascador de café recente, marca pinhalense (brasileira), com capacidade de 400 kg/dia que poderá com maior uso diário facilmente subir até 500 kg/dia.

A produção da fazenda num ano normal produzirá ao máximo 25,5 toneladas de café coco o que corresponde a 51 dias de trabalho do descascador de café. Um tal equipamento deve ser em condição de trabalhar pelo menos metade do ano significa aproximadamente 150 dias e descascar 60 a 75 toneladas de café.

O senhor Miranda decidiu posicionar se como intermediário entre os produtores e os comerciantes de café dum lado com uma estratégia de enquadramento técnico para facilitar a renovação dos cafezais e melhorar as praticas com objetivo de qualidade e do outro lado assegurar o abastecimento dos grandes atores do setor em café de qualidade certa.

Por isso, o senhor Miranda terá objetivos de compra de equivalente café coco de 10 Toneladas no primeiro ano para 40 toneladas a partir do oitavo ano para ser tratado na sua fazenda e vendido como café comercial de alta qualidade.

Previsão de crescimento das compras de equivalente café coco

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10 e +
10 T	15 T	20 T	25 T	30 T	25 T	35 T	40 T	40 T	40 T

Se fala de equivalente café coco porque pelas fazendas vizinhas o sr Miranda poderá ter contratos de fornecimento de café cereja e até contrato de compra de colheita nas parcelas custos da colheita para o comprador).

## **3. DESCRIÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

### **3.1. Enquadramento da fazenda na província do Cuanza Sul**

#### **3.1.1. Enquadramento administrativo e População**

O projecto agrícola da Fazenda Pascoal Miranda, em estudo, localiza-se na Província do Cuanza Sul, no Município do Amboim, Comuna de Gabela, zona da Honga-Cidade Gabela. Cuanza Sul é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região central do país. Em 2014, contava com uma população de 1 881 873 habitantes, sendo a quinta província mais populosa de Angola. Possui uma área territorial de 55 660 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional estimada de cerca de **33.81 habitantes/km<sup>2</sup>**.

A província é constituída por 12 municípios: Amboim, Cassongue, Cela, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quilenda, Quibala, Seles e Sumbe.



O município do Amboim, com uma área de 1 730 km<sup>2</sup> é constituído por duas comunas: A sede-Gabela e a comuna de Assango. Em 2019 tinha uma população de 264 168 habitantes (128 675 homens e 135 493 mulheres), projectando-se para 2022 cerca de 305 471 habitantes. Tal em todo o país, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres (51,29%).

Segundo as Projecções da população da Região 2014-2050 do INE (Edição de 2016), estima-se para o ano 2022 uma população de 305 471 habitantes (149 538 homens e 155 933 mulheres), o que representa um aumento de 86,47 % relativamente ao ano 2019 (264 168). Tal como se referiu, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres.

Caracteriza-se por ter uma população jovem, em que a média etária é de 16,0 anos (e na população rural é de 15,9). Cerca de 47,58% dos habitantes têm menos de 14 anos, 49,49% entre 15 e 64 anos e apenas 2,92% têm mais de 65 anos.

Existe um grande equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens. A partir da faixa etária dos 30-34 anos a proporção de mulheres começa a aumentar, atingindo o máximo de 54,88% na faixa etária dos 40-44 anos e daí, começar a decrescer até a faixa etária dos 75-79 anos.

Os principais indicadores para a Região de Cuanza Sul, apontam para uma melhoria das condições de vida da população da província, entre 2014 e 2021, com um aumento ao nível da esperança média de vida (de 56,7 para 60,2 anos), e reduções significativas na taxa bruta de mortalidade (de 12,3% para 9,4%) e sobretudo de mortalidade infantil (de 85,1% para 60,8%, sendo mais expressiva nos homens). A projecção da natalidade, em 2021, mantém-se praticamente constante face a 2014.

Sendo uma população com grande proporção de jovens, verifica-se uma taxa de dependência dos jovens elevada.

O nível de fecundidade é ainda bastante alto e que não há ainda nenhuma evidência de que a fecundidade esteja a diminuir. Em parte, este comportamento da fecundidade está relacionado aos seguintes factos: a prevalência do uso de métodos contraceptivos é ainda baixa, o início da actividade sexual, do nascimento do primeiro filho e do primeiro casamento ser precoces, e ainda existir desejo por maior número de filhos (INE, 2016).

De acordo com o Censo de 2014 verifica-se ainda uma tendência de migração interna para as áreas urbanas, sobretudo para a província de Luanda. Mais de meio milhão nos 5 anos anteriores aos Censos e cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo 2014. Em termos de projecção prevê-se que o padrão médio anual de migração interna se mantenha até 2024, exceptuando a província do Bengo.

### **Aspectos socioculturais**

De acordo com os Censos 2014, na província do Cuanza Sul a língua de comunicação geral é o português. Os dois grupos linguísticos dominantes são os ambundos a norte que falam o quimbundo e os ovimbundos na parte sul, que falam umbundo.

No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestantes, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões.

## Qualificação e escolaridade

Quanto à escolaridade, 22,99% da população da província (com mais de 18 anos) não tem nenhum nível de escolaridade concluído. No entanto, 57,01% da população (com mais de 15 anos) sabe ler e escrever. Esta proporção baixa para cerca de 20,0% na população rural.

## Actividade e emprego

Em 2019, a população empregada com 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 9.976.235 pessoas sendo 4.943.284 homens e 5.032.951 mulheres.

Em Angola 61,2% da população, com 15 ou mais anos é absorvida no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos homens (63,4%) foi superior a das mulheres (59,2%). A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, de acordo com o INE, 77,3% e 50,4% respectivamente apresentando uma diferença de 26,9% pontos percentuais, superior a cerca de 1,5 vezes, em favor da área rural.

Cerca de 36,2% dos jovens, dos 15 aos 24 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferenças, estatisticamente significativas, entre homens (35,6%) e mulheres (36,8%).

As províncias do Bié e Cuanza Sul apresentaram as maiores taxas de emprego em 2019, 82,0% e 78,3%, respectivamente. Por outro lado, a província do Cunene (19,5%) apresentou a menor taxa de emprego.

Na província do Cuanza Sul, a maioria da população empregada (62%) tem a sua actividade no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 18% no sector terciário (Transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) e 6% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), os restantes não têm actividade declarada.

A taxa de desemprego foi de 21,8%, sendo para os homens superior à das mulheres (21,4% e 20,2% respectivamente).

Em 68,6% dos agregados familiares (num total de 443 386) pratica uma actividade agropecuária (dos quais 88,9% cultivam cereais).

## Agregado familiar e habitação

Os agregados familiares (num total de 443 386) são em média compostos por 4,4 pessoas (zona rural). Nestes agregados, em 59% dos casos, o chefe de família é um homem e nos restantes uma mulher.

Relativamente à habitação, 49,6% dos agregados familiares vivem numa casa convencional ou vivenda (na maioria dos casos autoconstruída), enquanto 3,2% vivem num apartamento. Em 72,6% dos casos a casa é própria, em 22,0% arrendada e em 7,3% ocupada ou cedida. A construção das casas convencionais é maioritariamente: parede de adobe (79,1%) face ao cimento ou blocos, cobertura de zinco (88,6%) face à telha e chão em terra batida (69,7%) face ao cimento.

Relativamente ao abastecimento de água e energia:

- 56,9% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água.



- As fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são o gás, carvão e lenha (por ordem de prevalência); sendo nas zonas rurais mais utilizada a lenha, seguida do carvão e do gás.
- Apenas 38,8% dos agregados têm acesso a electricidade da rede pública, e nas áreas rurais este valor desce para 2,8%.
- Cerca de 9 em 10 agregados familiares das áreas rurais depositam o lixo ao ar livre.

### 3.2. Enquadramento local

A fazenda Pascoal Miranda, com cerca de 30 hectares, fica localizada na província do Cuanza Sul, município de Amboim, aldeia da Guiné, distando da sede (Gabela) em cerca de 8 Km e a 4 km da Estrada Nacional que liga a Gabela a Quibala.

É parte da empresa Pascoal Miranda, Lda uma empresa legalmente constituída como sociedade por quotas de pai e filhos, com sede na província do Cuanza-Sul, município do Amboim, bairro da Guiné na Fazenda Catoto.

Esta sociedade possui o capital social de de 75.000,00 kz. Dos quais 37.500,00 kz pertencentes ao senhor **Pascoal Miranda** e as outras três partes iguais (12.500,00 ks) pertencentes aos sócios **José Adão Fernando Miranda, Michile Adão Fernando Miranda e Pascoalina Acácia Adão Fernando Miranda**, respetivamente.

A sociedade tem como objeto social Agropecuária, Comércio geral e Prestação de Serviços, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do Comércio ou Indústria desde que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Os beneficiários diretos do Projeto são o senhor Miranda, a sua família, os trabalhadores e suas famílias que obterão benefícios diretos a través da garantia do trabalho assalariado totalizando-se 10 sendo 3 trabalhadores de campo, 1 cozinheira, 3 viveiristas, 1 técnico agrícola, 1 operador de máquina e 1 contabilista, perfazendo um total de 10 pessoas permanentes sem contar com o proprietário da fazenda. Este elenco subdivide-se entre:

- Assistência direta à plantação de café (5 pessoas), viveiros (3 pessoas) que vão trabalhar numa atividade economicamente independente por ser geradora de receitas devido a venda de mudas e
- 2 pessoas auxiliares que trabalharão quer na linha de apoio logístico como no registo de dados e na contabilidade.

Estima-se desde já que os beneficiários indiretos são cerca de 50 pessoas, entre sachadores e colhedores eventuais de café, pedreiros, ajudantes de pedreiros, e serviço de trabalho de enchimento de bolsas de maneira periódica.

No ano económico de 2019 o proponente apresentou ao Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial uma manifestação de interesse para a produção de café e produção de mudas orientado para a obtenção de recursos que lhe permitam melhorar a produtividade e competitividade que se traduzem em margens de rentabilidade interessantes para a fazenda.



A Fazenda Pascoal Miranda, possui título de concessão de terra (Anexo VI), número de identificação fiscal e vários outros documentos que dão credibilidade à sua condição formal. A fazenda comporta uma área total aproximada de 33 ha, actualmente existem 30 ha (de café velhos) em produção, que será substituído de forma faseada (15 ha/ano).

A fazenda Pascoal Miranda, não tem nenhum tipo de litígio com as comunidades vizinhas.

Desde 2005, o Senhor Miranda está num processo de reabilitação do seu cafezal, tal reabilitação foi acelerada entre os anos 2014 até 2017. Actualmente cerca de 23 há foram reabilitados com densidades de plantação bastante elevadas (3 x 1,5m o que corresponde a 2 200 peses/ha).

Em 2017 a produção total foi de 6.72 toneladas de café coco por uma área produtiva estimada a 8,8 ha. Nessa altura a produção da fazenda pode ser avaliada em 763 kg por ha. Segundo o proponente as parcelas nessa altura não tinham cuidados suficientes e a situação piorou nos anos a seguir por falta de recursos do proponente. Por essa razão a renovação do cafezal parou assim como bons cuidados. Essa média poderá facilmente ser aumentada até 850 kg por há com melhor acompanhamento do cafezal, ficando nos padrões do café biológico.

Desde a sua fundação, o Sr. Pascoal Miranda tem as suas infraestruturas e os seus meios conseguidos com recursos próprios, e nunca contraiu um empréstimo bancário.

Assim, propõe na sua candidatura produzir mudas de café de qualidade, necessitando do apoio ao nível da qualificação técnica, no escoamento dos produtos/comercialização e ao nível do equipamento agrícola (de acordo com a Manifestação de Interesse apresentada ao PDAC).

As comunidades mais próximas da fazenda são as aldeias de Guiné e Ulumbi, com uma população que totaliza aproximadamente 550 pessoas. Estima-se que serão beneficiados de forma indirecta pela exploração da fazenda entre 100 a 120 famílias, correspondendo 500 a 550 pessoas (considerando 5 pessoas por família), que poderão ser progressivamente incluídas numa cadeia de valor através da prestação de serviços, transportes, compra de produtos e insumos e novas tecnologias. Considerando que as mulheres representam em média 52% da população do município, estima-se que serão envolvidas neste projecto entre 100 e 200 mulheres.

### Uso actual da terra na área do projecto

As terras em causa são na sua maior parte cultivadas com café. Com a adesão ao financiamento do PDAC, a projecção actual é de utilizar 30 ha para a produzir em cada ciclo cultural 4-5 toneladas/ha de café-grão e 22 000 mudas de cafeeiros melhorados. Os níveis de produção referidos serão alcançados sem necessidade de expansão da área da fazenda, uma vez que não existem ocupantes informais das referidas terras. No caso desta fazenda, a área de exploração proposta no Plano de Negócio é de 30 hectares dos quais 20 já forma renovados pelo proprietário. A nova exploração irá ocorrer em 10 com café velho.

Os espaços não cultivados dentro da área do projecto (cerca de 3 ha) são as terras com um declive com 6 % onde o café é produzido sob sombreamento da vegetação natural; e outras cujo declive vai até 10%, ficando por isso, preservadas, cobertas com vegetação natural composta predominantemente por Isoberlinia, Brachystegia e Julbernadia (arbóreas e arbustivas) e ainda vegetação herbácea. De acordo com a informação disponibilizada não existem espécies com relevância para a conservação. Não existem locais culturais ou religiosos

susceptíveis de serem perturbados, nem conflitos com a propriedade ou uso de terras e nem se prevê que seja transferida alguma propriedade para o projecto. Portanto, pensamos que, avaliados todos os pressupostos e riscos envolvidos no alargamento da área de trabalho e níveis de produção acima referidos, podemos concluir que os interesses naturais (colectivos) e de terceiros estão salvaguardados.

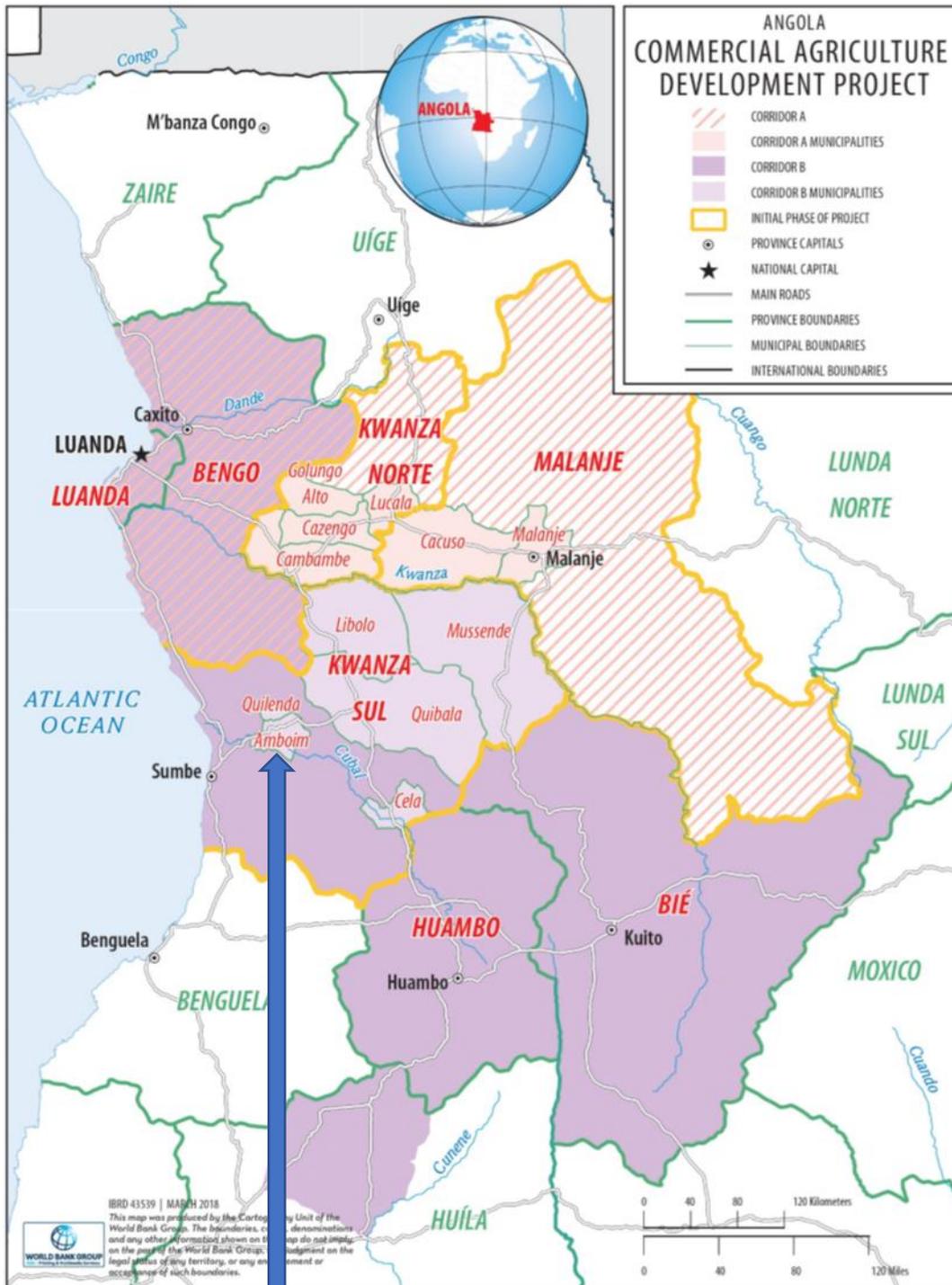


Figura 2: Localização da fazenda Pascoal Miranda, na Comuna Sede Gabela, município do Amboim, Província do Cuanza Sul

Figura 3: Mapa da fazenda Pascoal Miranda

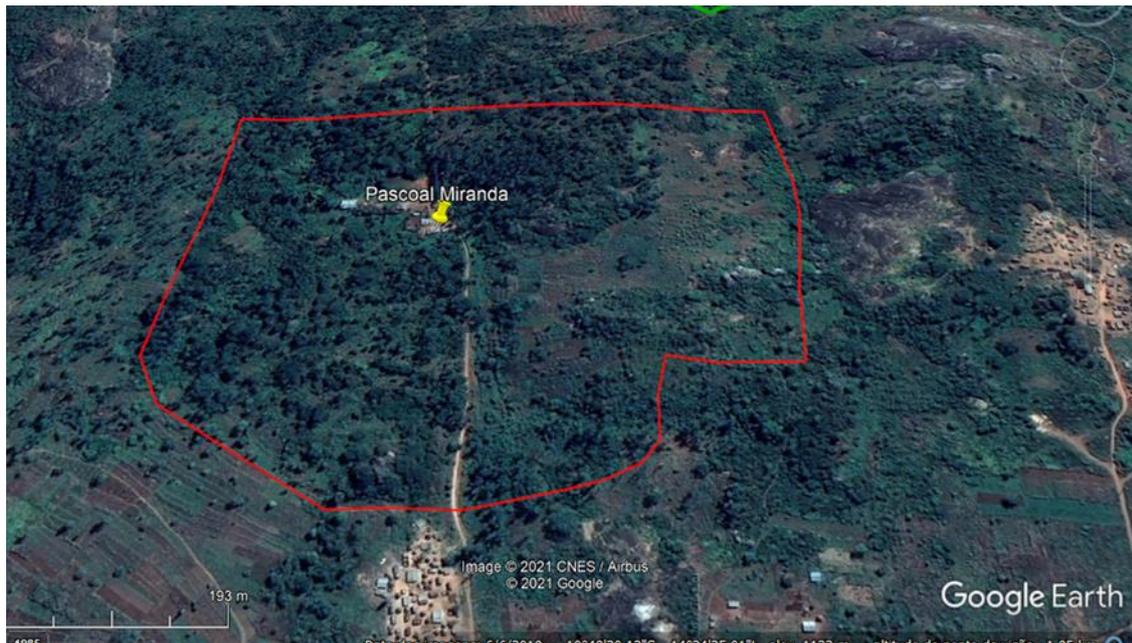


Imagem Google Earth da Fazenda com 33 hectares



**Figura 4: Perfil topográfico do terreno – Sentido L/W**



**Figura 5: Perfil topográfico do terreno – Sentido N/S**

O perfil topográfico do terreno da fazenda é bastante suave. A fazenda, sobretudo com objectivo de produção de café robusta biológico não precisa de medidas anti erosivas especiais. Não existe nenhuma fonte de água permanente dentro da fazenda. Em mais de metade da fazenda será necessário plantar árvores de sombra para proteger as plantas de café robusta **O ambiente biofísico**

#### **a) Geografia e topografia**

Gabela, no município do Amboim situa-se numa região interior da província do Kwanza Sul onde predomina a unidade morfológica de montanha com relevo entre 200 e 1000 metros

O perfil topográfico do terreno da fazenda Pascoal Miranda é bastante suave. A fazenda, sobretudo com objetivo de produção de café robusta biológico não precisa de medidas anti erosivas especiais. Em mais de metade da fazenda será necessário plantar árvores de sombra para proteger as plantas de café robusta.

#### **b) Geologia e solos**

Geologicamente, a fazenda engloba-se inteiramente no Maciço Antigo continental, em correspondência com formações antecâmbrias. Entre as rochas eruptivas antecâmbrias o destaque vai para os granitos, os granodioritos e os quartzodioritos. Correlacionando os solos com a rocha-mãe subjacente, e pondo em evidência os factores mais directamente intervenientes na génese do solo, notamos a predominância de solos ferralíticos como grande unidade pedológica. Dentro desta unidade, atendendo principalmente aos valores da relação sílica/alumina, os solos da fazenda são os fracamente ferralíticos de coloração pálida ou acinzentada, correspondendo com o fundo da encosta ou áreas depressionárias. Com menor representatividade, existem os solos aluvionais, bem drenados, nas margens do riacho.

### **c) Clima**

A região onde se enquadra a fazenda é quase integralmente do tipo sub-húmido chuvoso e húmido. As estações climatéricas são caracterizadas por um período seco e fresco no cacimbo (Junho-Agosto) e um período chuvoso e quente (Setembro-Maio).

As temperaturas mínimas registam-se no cacimbo (12,5°C) e as máximas no período chuvoso (28,2°C), sendo a média de (22,2°C). Os meses mais frios são Junho e Julho e os mais quentes Fevereiro à Abril.

A pluviosidade média anual é de 924 mm. Junho e Julho são os meses mais secos, sendo Março o mês com maior precipitação (178 mm).

A humidade relativa média anual oscila entre 70 e 80 %, estando os valores mais baixos em correspondência com as aplanções de cota mais elevada, registando-se os máximos em Março-Abril e os mínimos em Junho-Julho.

### **d) Hidrologia o ambiente Biológico**

Não existe nenhuma fonte de água permanente dentro da fazenda vegetação arbustiva e alguma arbórea de pouca densidade, constituindo um habitat natural para roedores e pequenos ruminantes.

### **e) Biodiversidade (fauna e flora) actual da fazenda**

A grande extensão da fazenda é ocupada pela floresta aberta, vulgarmente conhecida por mata de panda. A sua composição florística pode ser variável, mas dominada fundamentalmente por espécies *Isoberlinia*, *Brachystegia*, *Julbernardia* de acordo com a Carta Fitogeográfica de Angola. Esta designação de floresta clara resulta do facto do estrato arbóreo, ou da sua copa, ser suficientemente aberto para permitir o desenvolvimento dum estrato herbáceo pouco denso, que propicia a instalação de uma grande diversidade de animais selvagens, entre carnívoros e herbívoros, desde os mais pequenos aos de médio porte.

### **Uso actual da terra e nível de intensificação**

Desde 2005, o Senhor Miranda está envolvido no processo de reabilitação do seu cafezal e tal reabilitação foi acelerada entre os anos 2014 até 2017. Presentemente aproximadamente 2 ha foram reabilitados com densidades de plantação bastante elevadas (3 X 1,5m; o que corresponde a 2 200 pés/ha) tal como mostra o histórico da fazenda na tabela seguinte:

Tabela 1: Histórico de produção de café da fazenda

**f) Aldeias vizinhas e actividades da população**

FASES DE PLANTAÇÃO DE CAFÉ NA FAZENDA				
Período	Plantas de café	Área (ha)	Densidade	Produção (ton de café coco)
Ano 2005	1500	0,45	2X1,5 M	0
Ano 2006	2500	0,75	2X1,5 M	0
Ano 2007	6000	1,8	2X1,5 M	0
Ano 2008	7000	2,1	2X1,5 M	0,32
Ano 2009	5000	1	3X1,5 M	0,448
Ano 2010	9000	2,7	3X1,5 M	0,512
Ano 2011	0	0	0	0
Ano 2012	0	0	0	0
Ano 2013	0	0	0	0
Ano 2014	9000	2,7	3X1,5 M	1,088
Ano 2015	16000	4,8	3X1,5 M	1,472
Ano 2016	10000	4,5	3X1,5 M	3,52
Ano 2017	5555	2,5	3X1,5 M	6,72
<b>Total</b>	<b>71 555</b>			<b>14,08</b>

Há cerca de 500 m existe a aldeia de Upamba com cerca de 1500 habitantes e a aldeia de Somue a Sul, que dista há cerca de 7 km da fazenda. A população das aldeias vizinhas dedica-se a agricultura de subsistência para suprir as necessidades com a alimentação e outras necessidades, associada a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabritos que também participam no aumento da renda familiar. As principais culturas praticadas são o milho, feijão, batata doce e mandioca.

**g) Agricultura tradicional praticada**

É ainda de subsistência, explorando as zonas altas em regime de sequeiro. As culturas praticadas são o milho quase sempre em consociação com o feijão, a batata doce e em menor escala a mandioca, seguindo-se a itinerância como sistema normal de utilização do solo. Normalmente utilizam as zonas baixas, margens dos rios e vales onde a humidade é favorável quase durante todo ano para fazer hortícolas (tomate, cebola, couve, repolho) em pequena escala.

#### h) Problemas de doenças e de saneamento básico

As doenças mais comuns são a malária e dermatites. Seguem-se as doenças diarreicas agudas e algumas do fórum respiratório, muitas vezes associadas à má qualidade da água que consomem e da falta de estruturas sanitárias e de agentes da saúde que devem promover a educação e assistência sanitária.

#### i) Acesso à água potável

Não existem furos para cobrir as necessidades das comunidades em água potável. Existem alguns poços (cacimbas) mas a principal fonte de água continua a ser as fontes naturais e riachos que existem nas proximidades das comunidades. Como a água não é adequada ao consumo humano, o facto reflecte-se na incidência em algumas doenças já acima referidas.

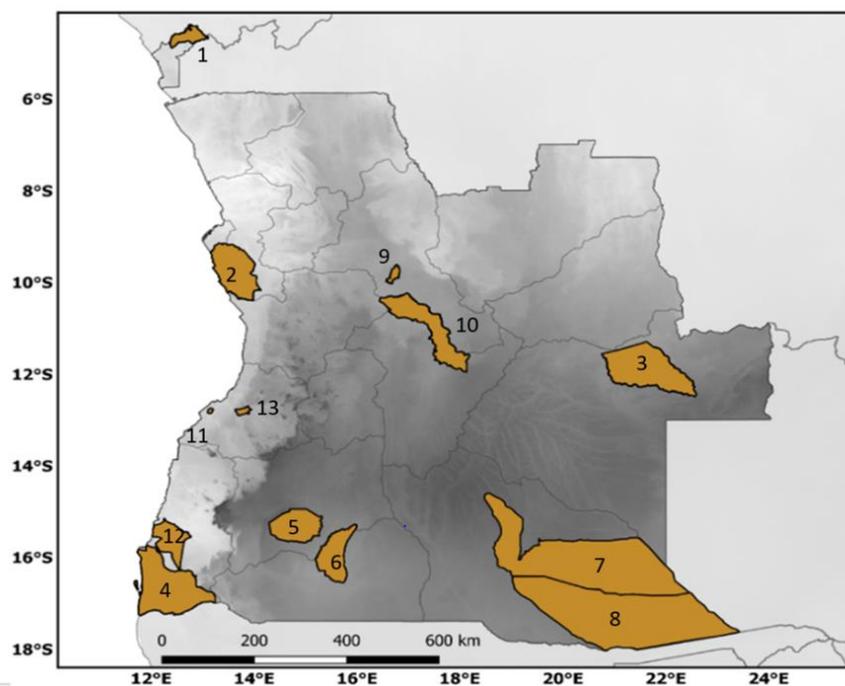
#### j) As comunidades agrícolas e o meio ambiente

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) tem em curso um programa de instituição das Escolas de Campo (EC) nas comunidades. Alguns dos conteúdos dessas Escolas visam a educação das populações, na adoção de práticas agrícolas que mitiguem a ocorrência da erosão dos solos bem como a proteção de recursos como a água e florestas. Contudo, é visível que a efectividade destas medidas está ainda muito aquém dos resultados pretendidos.

### 3.1. Áreas de Conservação e protegidas

Na província do Canza Sul não existem zonas de conservação e protegidas, tal como espelha o mapa a seguir:

Figura 6: Mapa das áreas protegidas em Angola



**Legenda:** Áreas de conservação terrestres. Nota: foram utilizados para o parque de Mavinga os limites das antigas reservas de caça, correspondentes ao actual limite. 1- Maiombe; 2- Quiçama; 3-Cameia; 4- Iona; 5- Bicular; 6- Mupa; 7- Mavinga; 8- Luengue-Luiana; 9 Cangandala; 10- Luando; 11- Búfalo; 12- Namibe; 13- Chimalavera.

#### 4. ARRANJO INSTITUCIONAL, QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO

##### 4.1. Arranjo institucional para a implementação do PGAS

- **UIP** (Unidade de implementação do Projecto/PDAC) tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLi - Sirius. Para isso possui uma unidade ambiental e social composta por:
  - ✓ 1 Especialista Ambiental qualificado cujas responsabilidades são:
    - Avaliar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius;
    - Estabelecer uma categoria ambiental aos projectos e o estudo ambiental;
    - Monitorar e avaliar os relatórios ambientais apresentados pelo TSP;
    - Monitorar a implementação das medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos no subprojecto incluindo as salvaguardas ambientais;
    - Avaliar este PGAS.
  - ✓ 1 Especialista em desenvolvimento social cujas responsabilidades são:
    - Avaliar a salvaguarda das questões sociais do subprojecto;
    - Melhorar os resultados de desenvolvimento social do subprojecto;
    - Monitorar o envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e assegurar que os aspectos de género e juventude incluídos na conceção do projecto sejam adequadamente abordados durante a implementação do PGAS;
    - Avaliar este PGAS.

Outros actores do Governo como Agricultura (IDA, EDA) e Ambiente serão envolvidos na monitorização das ações do Proponente.

- **Banco Mundial** tem a responsabilidade de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto; aprovar o PGAS e dar a sua não objeção para iniciar a implementação.
- **TSP BRLi – Sirius** é responsável pela elaboração, supervisão e monitoria directa de implementação das acções do presente PGAS. Possui para isso uma unidade composta por nove especialistas, categorizados e distribuídos de acordo com a tabela abaixo (Ver Tabela 2):

**Tabela 2: Composição da equipa do TSP da BRLI-SIRIUS**

Nome	Endereço e-mail	Telemóvel	Base de trabalho
<b>K1 expert</b>	<b>Agriculture Economics Expert/Team Leader</b>		
Marc Lacharme	<a href="mailto:marc_lacharme@yahoo.fr">marc_lacharme@yahoo.fr</a>	+ 244 937 518 782	Luanda
<b>K2 Expert</b>	<b>Agribusiness Development Specialist</b>		
José Bombe	<a href="mailto:jplubombe@yahoo.com.br">jplubombe@yahoo.com.br</a>	+244 947 619 085	Luanda
<b>K3 Expert</b>	<b>Coffee Value Chain Advisor</b>		
Camilo José	<a href="mailto:cienfugo1982@gmail.com">cienfugo1982@gmail.com</a>	+ 244 924 279 918	Gabela
<b>K4 Expert</b>	<b>Maize Value Chain Advisor</b>		
Alberto Pedro	<a href="mailto:a.felicianopedro@hotmail.com">a.felicianopedro@hotmail.com</a>	+ 244 931 592 565	Gabela
<b>K5 Expert</b>	<b>Beans and Soybean Value Chain advisor</b>		
Alair da Silva	<a href="mailto:alairmsilva@hotmail.com">alairmsilva@hotmail.com</a>	+244 947619094	Quibala
<b>K6 Expert</b>	<b>Poultry and Eggs Value Chain advisor</b>		
Moras Cordeiro	<a href="mailto:cordeiomoras@gmail.com">cordeiomoras@gmail.com</a>	+ 244 925 274 394	Quibala
<b>K7 Expert</b>	<b>Marketing and Value Chain advisor</b>		
Yuri Chipuio	<a href="mailto:jamba.chipuio@gmail.com">jamba.chipuio@gmail.com</a>	+ 244 931 474 877	Luanda
<b>K8 Expert</b>	<b>Monitoring and Networking Development Specialist</b>		
Américo Fernando	<a href="mailto:amercico_fernando@gmail.com">amercico_fernando@gmail.com</a>	+ 244 923 217 216	Luanda
<b>NK1 Expert</b>	<b>Post-harvest and processing specialist</b>		
Luisa Mateus	<a href="mailto:luisa549@hotmail.com">luisa549@hotmail.com</a>	+ 244 938 368 663	Luanda
<b>NK2 Expert</b>	<b>Environmental and social specialist</b>		
Daniel Sassupe	<a href="mailto:sassupe@yahoo.com.br">sassupe@yahoo.com.br</a>	+244 923 465 337	Quibala

**Outras atribuições do TSP BRLI SIRIUS**

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial no âmbito de financiamento dos projectos para o corredor B;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das ações previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;

- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas corretivas;
- Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC;
- Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS;
- Apoiar o proponente a formular regulamentos e procedimentos particulares em relação às medidas ambientais e sociais definidas;
- Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementá-lo;
- Monitorar/controlar a implementação do PGAS mediante o levantamento dos indicadores definidos;
- Informar o PDAC e particularmente o especialista ambiental e social nos casos em que o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda

➤ **Proponente:** Pascoal Miranda

- Implementar as medidas acordadas no subprojecto do presente PGAS;
- Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes mencionados neste PGAS;
- Participar activamente nas ações tendentes a mitigar os impactos negativos ao ambiente;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar acções para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19;
- Implementar acções de segurança, saúde e proteção ambiental e social no PGAS.

## 5. QUADRO POLÍTICO E JURÍDICO

O PGAS da Fazenda Pascoal Miranda foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC (Anexo I)

## 6. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto. A avaliação ambiental e social fornece um procedimento formal para avaliar a importância dos impactos. Isto é feito tendo em conta as atividades do projecto, os elementos e atividades no meio receptor. O objectivo da análise de avaliação de impacto é identificar as interações significativas que exigem medidas de mitigação possíveis para reduzir os

impactos a níveis aceitáveis e em conformidade com as normas de desempenho ambiental.

A avaliação dos impactos ambientais e sociais envolveu as seguintes etapas:

- Descrição das actividades ao longo do projecto (construção e exploração);
- Descrição de atributos ambientais e sociais;
- Identificação de interacções ambientais e sociais do projecto;
- Previsão dos efeitos ambientais e sociais; e
- Descrição dos efeitos ambientais e sociais.

## 6.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

### *Definição dos impactos*

“Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” - Lei nº 5/98 de 19 de Junho.

#### 6.1.1. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

**Tabela 3: Critérios usados para determinar a consequência do impacto**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Natureza do impacto</b>	Os impactos são classificados como <b>positivos</b> , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e <b>negativo</b> , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental;
<b>Âmbito (A):</b>	Os impactos são classificados como <b>locais</b> , quando incidem sobre o local do projecto; <b>regionais</b> quando incidem num raio de 1- 5km do local do projecto, ou <b>inter-regionais</b> , num raio entre 5km- 10km da área do projecto.
<b>Magnitude (M):</b>	Indica a intensidade do impacto em face de um determinado factor ambiental ou área de ocorrência, foi classificada como <b>reduzida</b> , <b>moderada</b> e <b>elevada</b> .

<b>Probabilidade (P):</b>	Indica a possibilidade de o evento ocorrer, foram determinados com base no conhecimento das características de cada uma das acções e de cada factor ambiental, permitindo classificar cada um dos impactos como <b>baixa probabilidade, média probabilidade e alta probabilidade.</b>
<b>Duração D):</b>	Os impactos são considerados <b>temporários</b> no caso de se verificarem apenas durante um período curto (menos de 6 meses), <b>média</b> (entre 6 meses a 2 anos) e <b>permanentes</b> (períodos acima de 2 anos)
<b>Reversibilidade (R):</b>	Quando a alteração causada ao meio ambiente pode ser <b>reversível</b> por acções/intervenção, ou <b>irreversível</b> quando a alteração causada ao meio não pode ser revertida por acções/intervenção.
<b>Significância (S):</b>	A <b>significância</b> de determinado impacto é definida como uma combinação entre a <b>consequência</b> do impacto que está a ocorrer e a <b>probabilidade</b> que o impacto venha a ocorrer.
<b>Hierarquização (H):</b>	Corresponde a prioridade de acção dos prováveis impactos do projecto e está directamente relacionada ao <i>grau de impacto</i> , para o grau de impacto fraco foi estabelecido como <b>impacto de prioridade</b> , para o grau de impacto moderado, <b>impacto de prioridade</b> e para o grau de impacto forte, <b>impacto de prioridade.</b>

### 6.1.2. Classificação dos impactos

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS (Ver tabela 5).

**Tabela 4: Classificação dos impactos**

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
<b>Tabela 5: Classificação dos impactos</b>		
Local	Confinado à área do projecto ou do estudo ou a uma parte dessa área	1
Regional	As consequências do impacto atingem um raio de 1-5km do local do projecto	2
Inter-regional	As consequências do impacto atingem um raio de 5-10km do local do projecto	3
<b>Intensidade</b>		

Baixa	As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima.	1
Média	As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada	2
Elevada	As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados.	3
<b>Duração</b>		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
<b>Probabilidade</b>		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40%- 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70%-90% de probabilidade de ocorrer	3
<b>Reversibilidade</b>		
Reversível	As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos	1
Irreversível	As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos	2
<b>Significância (D+R+M+A)</b>		
Pouco significativo	Quando as consequências do impacto são pouco significativas	4-14
Significativo	Quando as consequências do impacto são significativas	15-28
Muito significativo	Quando as consequências do impacto são muito significativas	29-42
<b>Grau de impacto (S x P)</b>		
Fraco	Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo	4-14
Moderado	Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo	15-28
Forte	Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo	29-42

<b>Hierarquização</b>		
Prioridade 1	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 1	4-14
Prioridade 2	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 2	15-28
Prioridade 3	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 3	29-42

## 7. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

As medidas de gestão estão classificadas em medidas de mitigação, que têm como objectivo evitar, minimizar e/ou reduzir os potenciais impactos negativos, e medidas de optimização, cujo objectivo é produzir, maximizar e/ou aumentar os potenciais benefícios do projecto. A importância de cada impacto potencial também é classificada depois da aplicação da mitigação/optimização. Em cada quadro de impactos apresentam-se as medidas de gestão fundamentais e um conjunto abrangente de medidas de mitigação e optimização relevantes.

**Tabela 5: Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação**

Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 1: Construção</b>											
<b>Contratação e formação do pessoal necessário</b>	A oferta de emprego e renda está relacionada com a especialização da mão-de-obra. Então, se houver capacitação adequada da mão-de-obra, há forte probabilidade de gerar-se vagas e aumentar o nível de renda e o padrão econômico.	<b>Impacto positivo</b>									
	Sobrecarga das infraestruturas existente na zona da fazenda; Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento; Degradação da flora e fauna que conduzem a extinção de algumas espécies e elevados índices de criminalidade	<b>Negativo</b>	<b>Reduzida</b>	<b>Média</b>	<b>Baixa</b>	<b>Local</b>	<b>Reversível</b>	<b>Pouco significativo</b>	<b>Fraco</b>	<b>Prioridade 1</b>	<p>Correcta disseminação de informações sobre oportunidades de emprego e de negócios; - Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; interação contínua entre o subprojecto e as comunidades locais para garantir que as expectativas sejam correctamente geridos;</p> <p>Promover o recrutamento de mão-de-obra feminina, tanto para trabalhos especializados ou não;</p> <p>Promover encontros de sensibilização das comunidades locais a aderirem a encontros de reflexão e análise da evolução da situação social, económica e cultural da mulher rural nas suas múltiplas dimensões, incluindo assuntos relacionados co a violência baseada no género.</p>

**Legenda:** M-magnitude ; A-abrangência ; P- probabilidade ; D-duração ; R- reversibilidade ; S- significância ; GI- grau de impacto ; H- hierarquização

**Tabela 6: Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação**

Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 1: Construção</b>											
<b>Contratação e formação do pessoal necessário</b>	Desequilíbrio de gênero no acesso ao trabalho pode provocar : Desigualdade de oportunidades entre gêneros; - Marginalização da mulher.	Negativo	Moderada	Temporária	Média	Local	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2	- Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; - Mesmos salários e benefícios para o trabalho e posição semelhante;
	A Interacção entre trabalhadores e comunidades locais pode aumentar a ocorrência de doenças transmissíveis, incluindo HIV/SIDA e doenças sexualmente transmissíveis (DST).	Negativo	Moderada	Média	Média	Local	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2	Realizar formação e acções de sensibilização para trabalhadores e seus dependentes sobre HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis e outras doenças, incluindo a malária; Deverão ser providenciados preservativos gratuitos para os trabalhadores, e colocados em locais acessíveis para todos.

**Legenda:** M-magnitude ; A-abrangência ; P- probabilidade ; D-duração ; R- reversibilidade ; S- significância ; GI- grau de impacto ; H- hierarquização

**Tabela 7: Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação**

Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 1: Construção e operação</b>											
<b>Melhoramento das infraestruturas e equipamentos pós-colheita</b>	Aumento da qualidade do café beneficiado/processado	<b>Impacto positivo</b>									
<b>Investimento em equipamentos agrícolas</b>	Obtenção de café coco e café comercial com altos padrões de qualidade	<b>Impacto positivo</b>									
<b>Limpeza parcial de 10 hectares de terra</b>	Perda da vegetação e diminuição da biodiversidade; Formação de processo erosivos dos solos; Perturbação da flora e da fauna	<b>Negativo</b>	<b>Moderada</b>	<b>Temporária</b>	<b>Média</b>	<b>Local</b>	<b>Reversível</b>	<b>Significativo</b>	<b>Moderado</b>	<b>Prioridade 2</b>	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão; Em zonas não cobertas deve ser plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar perturbações à flora e fauna: As zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas;

**Legenda:** M-magnitude ; A-abrangência ; P- probabilidade ; D-duração ; R- reversibilidade ; S- significância ; GI- grau de impacto ; H- hierarquização

**Tabela 8: Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação**

Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 1: Construção e operação</b>											
<b>Melhoramento das infraestruturas e equipamentos pós-colheita</b>	Aumento da qualidade do café beneficiado/processado	<b>Impacto positivo</b>									
<b>Investimento em equipamentos agrícolas</b>	Obtenção de café coco e café comercial com altos padrões de qualidade; agilidade da produção e diminuição da necessidade de mão-de-obra	<b>Impacto positivo</b>									
<b>Investimento em equipamentos agrícolas</b>	O manejo inadequado dos pequenos agrícolas pode provocar ferimentos graves aos operadores	<b>Negativo</b>	<b>Moderada</b>	<b>Temporária</b>	<b>Média</b>	<b>Local</b>	<b>Reversível</b>	<b>Significativo</b>	<b>Moderado</b>	<b>Prioridade 2</b>	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão; Em zonas não cobertas deve ser plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar perturbações à flora e fauna: As zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas;

**Legenda:** M-magnitude ; A-abrangência ; P- probabilidade ; D-duração ; R- reversibilidade ; S- significância ; GI- grau de impacto ; H- hierarquização

**Tabela 9: Identificação e avaliação de impactos e medidas de mitigação**

Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 1: Construção e operação</b>											
<b>Adubação orgânica</b>	Aumento da fertilidade e do teor do solo em matéria-orgânica	<b>Impacto positivo</b>									
Actividade	Descrição do impacto	N	M	D	P	A	R	S	GI	H	Mitigação
<b>Fase 2: Construção e operação</b>											
<b>Preparação do terreno (abertura e cobertura de covas)</b>	Erosão do solo	<b>Negativo</b>	<b>Reduzida</b>	<b>Média</b>	<b>Baixa</b>	<b>Local</b>	<b>Reversível</b>	<b>PoucoSignificativo</b>	<b>Moderado</b>	<b>Prioridade 2</b>	Realizar a abertura das covas seguindo as curvas de nível
<b>Descasque de café</b>	Obtenção do produto de alta qualidade	<b>Impacto positivo</b>									

**Legenda:** M-magnitude ; A-abrangência ; P- probabilidade ; D-duração ; R- reversibilidade ; S- significância ; GI- grau de impacto ; H- hierarquização

## **8. PROGRAMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO/MONITORIA DO SUBPROJECTO**

### **8.1. Propósito**

As acções de implementação das medidas de mitigação serão coordenadas pelo Proponente cujas capacidades serão administradas pelo Especialista Ambiental e Social da BRLI – Sirius. A equipa do TSP também terá a responsabilidade de realizar o acompanhamento do progresso da implementação das medidas de mitigação e salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do Plano de Negócio. Outros objectivos incluem:

- Determinar se o projecto está sendo realizado em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais e acordos legais;
- Identificar problemas que possam surgir durante a implementação e recomendar formas para resolvê-los;
- Recomendar alterações na concepção/design, conforme o caso, na medida em que o subprojecto evolui ou as circunstâncias mudam;
- Identificar os principais riscos para sustentabilidade do subprojecto e recomendar estratégias de gestão de riscos adequados ao Proponente e aos trabalhadores da fazenda.

### **8.2. Meios de verificação e indicadores de execução**

Constituem os meios mensuráveis de medição. A sua tradução pode ser expressa em número, percentagem ou localização tangível de um determinado impacto. No presente PGAS foram definidos alguns indicadores, nomeadamente:

- Extensão da área limpa;
- % de área coberta com vegetação verde ou morta;
- Locais de descarte de embalagens de agroquímicos;
- Existência de Plano de resíduos sólidos;
- Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos;
- Existência de equipamento de proteção;
- Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos;
- Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social;
- Disponibilidade de água potável;
- Relatórios de sessões de campanha contra HIV/SIDA;
- Relatório de sessões de campanha contra Covid 19;

### **8.3. Acompanhamento e Monitoria**

- Na fase inicial os relatórios de monitoria serão mensais e posteriormente, trimestrais e anuais partilhados pelo TSP BRLI Sirius com a UIP ilustrando claramente o estágio de progresso, lições aprendidas e questões emergentes decorrentes da aplicação do plano de mitigação dos impactos adversos;
- Fotografias e mapas ilustrativos do progresso da aplicação das medidas de mitigação dos impactos negativos ambientais e sociais;



- Visitas de campo unilaterais e conjuntas realizadas pelo TSP BRLI Sirius e UIP.



Tabela 10: Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda

Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
<b>Erosão dos solos</b>	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível. Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas).	Proponente	- % de área coberta com vegetação verde ou morta	- 1 vez por ano
<b>Contaminação por hidrocarbonetos (vazamento de óleos e combustíveis)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final.</li><li>- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos.</li><li>- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.</li></ul>	BRLI - Sirius; Proponente na implementação; PDAC na monitoria & avaliação	Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria	- Semestral



Tabela 11: Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda

Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
<b>Geração de resíduos orgânicos</b>	Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.	Proponente	Locais para a compostagem; áreas com vegetação incorporada no solo	1 vez por época agrícola
<b>Limpeza de terreno</b>	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser feita em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa	Proponente	- Área limpa e cultivada de 25 para 90 hectares	- 1 vez por ano



Tabela 12: Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda

Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Existe o risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto	Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)	Proponente	- Disponibilidade de Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional aprovado pela Autoridade Publica de Segurança Social	- 1 vez por semestre
Geração de resíduos perigosos (embalagens de agroquímicos e outros produtos químicos usados na manutenção de maquinaria)	Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA; Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente perigoso) da OMS; Proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas; manter os armazéns de fertilizantes separados dos pesticidas e de maquinarias	BRLI - Sirius; Proponente na implementação; PDAC na monitoria & avaliação	Locais de armazenamento e descarte final de embalagens	- Semestral



**Tabela 13: Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda**

Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda (Ações Sociais)				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
A falta de chuva, pode causar desemprego no seio dos trabalhadores do campo, pois não haverá colheita e isso vai provocar desigualdade social;	Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a utilizar tecnologias sociais incentivando a agricultura adaptada ao clima e solo predominante na região, com sistemas de irrigação que utilizem pouca água ou água de reuso, como por exemplo as áreas de várzea (nacas) Utilização racional e sustentável da água do rio Nhia	Proponentes com o apoio do TSP BRLi-SIRIUS	Número de trabalhadores que cultivam campos nas baixas	Anual
A ausência de espaços para repouso separados por gênero para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no gênero);	Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso; Implementação dum Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)	Proponente com apoio do TSP	Existência de dois espaços na fazenda: 1 para senhoras e outro para senhores, bem sinalizados	Anual
Potencial violação dos direitos trabalhistas;	Aumentar as competências internas, mediante formações dos trabalhadores	Proponente com o apoio do TSP BRLi-SIRIUS	Número de trabalhadores que capacitados e que demonstrem as suas habilidades	Semestral

**Tabela 14: Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda**

Plano de monitoramento do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda (Acções Sociais)				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais vai causar violência e desigualdades de género e trabalho infantil	Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, utilizando panfletos; - Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; Cumprimento da legislação trabalhista nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho; - Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante	Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-SIRIUS	Pequenas brochuras e panfletos sobre direitos humanos e igualdade do género; 2 sessões de sensibilização por ano	Semestral
O projecto trará com certeza movimentação humana o que provocará o aumento de consumo dos recursos hídricos bem como a produção mais resíduos sólidos domésticos, sem destino adequado e isso associado o ma qualidade da água que a população local consome e a falta de saneamento do meio são factores de risco á saúde da população	Fornecer informação, educação e comunicação sobre uso seguro de água e comportamentos de higiene. – Implementar medidas de gestão ambiental para o controle de vectores de transmissão de doenças. Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efectivos dos trabalhadores.	Proponente	Números de pontos de água potável existente; Números de casas de banho existente	Semestral
Todos os trabalhadores afectos ao PN deverão ter contractos de trabalho, salário mínimo e boas condições de saúde e segurança no trabalho	Fornecer informação mínima sobre a Lei Geral do Trabalho vigente em Angola; Inscrição de todos os trabalhadores no Instituto Nacional de Segurança Social	Proponente	Número de trabalhadores com contratos de trabalho	Anual

## 9. RESPONSABILIDADES E DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

As aplicações das medidas previstas no plano, são da responsabilidade do Proponente que recebera instruções e treinamento da BRLI Sirius sobre os mecanismos de implementação. O TSP BRLI Sirius tem a responsabilidade de administrar capacidades ao Proponente sobre os contornos de aplicação dos planos de mitigação dos impactos negativos.

## 10. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A operacionalização do PGAS da Fazenda Epandi para fase de implantação e operacionalização do Plano de Negócio vai requerer um orçamento anual de 570 000 Kwanzas.

**Tabela 15: Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda**

ESTIMATIVAS DE CUSTOS			
Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível devrão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa			
Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens			Proponente
Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)	20 000,00 Kz		Proponente

**Tabela 16: Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda**

ESTIMATIVAS DE CUSTOS			
Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem	30 000,00 Kz		Proponente
Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível.	50 000,00 Kz	Para protecção contra ataque de cobras, formigas bravas e ferimentos	Proponente
Gestão das produções de forma rigorosa, seguindo os padrões técnicos propostos, e com acompanhamento da equipa de consultores			Proponente
Todos trabalhadores afectos ao PN deverao ter contratos de trabalho, salario minimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho.			Proponente
Criar áreas de repouso específicas para homens e mulheres na fazenda			Proponente
Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, utilizando panfletos; - Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; Cumprimento da legislação trabalhista nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho; - Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante	20 000,00 Kz		Proponente

**Tabela 17: Estimativa de custos do PGAS da Fazenda Pascoal Miranda**

ESTIMATIVAS DE CUSTOS			
Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
-Correcta disseminação de informações sobre oportunidades de emprego e de negócios; - Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; - Interação contínua entre o projecto e moradores locais para garantir que as expectativas sejam correctamente geridos. - Indução da equipa na protecção da biodiversidade. -Programa de conscientização da comunidade sobre a conservação da fauna e flora.			Proponente
Todos trabalhadores afectos ao PN deverao ter contratos de trabalho, salario minimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho.			Proponente
Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com agua e sabão, uso de álcool em gel	50 000,00 Kz	O limitado conhecimento das condições de propagação da Covid 19 pode aumentar o nível de contaminação na área do subprojecto e na comunidade	Proponente
<b>TOTAL</b>	<b>570 000,00 Kz</b>		

Para as actividades da fase de construção (limpeza do terreno, água e criação de condições de saneamento básico), os valores são afectados uma vez durante o projecto. Para as outras actividades os custos previstos são anuais.

Outras actividades:

- Realizar formação e acções de sensibilização para trabalhadores e seus dependentes sobre HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis e outras doenças, incluindo a malária;
- Realizar campanhas de sensibilização de saúde para as comunidades sobre temas semelhantes;
- Promover campanhas de sensibilização sobre a violência baseada no género que integrem: VBG e pobreza, VBG e saúde reprodutiva, VBG e HIV/SIDA e outras Doenças de Transmissão sexual.

## 11. CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO E RELATÓRIOS

Tabela 18: Calendário de implementação e relatórios

Tabela de Calendário de Implementação e Relatórios													
	ano 1												
	época 1					época 2					cacimbo		
	Ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
<b>Medidas de mitigação</b>													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras													
Elaboração do plano de parcelamento da fazenda													
Decisão sobre as medidas anti erosivas a implementar													
realização das medidas e obras de parcelamento e anti erosivas													
Viveiro de plantas para cercamento das parcelas													
<b>Implementação de Programa de Gestão de uso de agroquímicos (Fertilizantes e agroquímicos)</b>													
Planeamento da produção (rotação, sementeira por cultura, agenda de trabalho, dose e tempo de aplicação de fertilizantes, uso de agro químicos com produtos, doses e datas de aplicação)													
compra dos agroquímicos													
preparação dos equipamentos de tratamento (manutenção, ajustamento)													
Distribuição dos equipamentos de segurança e formação dos trabalhadores no uso dos pesticidas e medidas de segurança													
Elaboração dum manual técnico sobre o uso de agroquímicos, regras de segurança, etc.													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda designados para tomar conta dos tratamentos													
implementação do programa de uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) conforme planeado													
<b>Preparação e implementação de um Programa de HSST</b>													
elaboração do programa HSST													
Compra dos produtos e equipamentos incluídos no Programa HSST													
Realização das obras de infraestruturas incluídas no programa HSST													
Elaboração dum regulamento interno sobre normas e procedimentos HSST													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda sobre regulamento interno e procedimentos HSST													
Implementação das medidas do programa HSST													
<b>Promover campanhas de sensibilização do HIV/SIDA na fazenda e nas comunidades circunvizinhas</b>													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Realização duma sensibilização para os trabalhadores da fazenda													
<b>Adoção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool e gel e distanciamento social</b>													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Compra dos equipamentos mínima de proteção													
elaboração dum regulamento mínimo sobre medidas de biossegurança													
sensibilização dos trabalhadores permanentes e eventuais													
<b>Monitorização (Prevista monitoria regular no primeiro ano, pois é o arranque da implementação do PGAS) Será feita uma visita bi mensal nos 6 primeiros meses para ser depois trimestral</b>													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extensão da área limpa e extensão com calagem			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de equipamento de proteção e uso conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efetivos; trabalhadores declarados			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidade de água potável			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidades de sanitas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>As visitas de monitoria serão multidisciplinar tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS</b>													
<b>Fortalecimento institucional</b>													
Consulta Pública: A consulta pública é realizada antes do lançamento do Plano de Negócio e não entra nessa tabela													
Implementação do PGAS													
Monitorização e avaliação do PGAS			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Treinamento e assistência técnica</b>													
Treinamento do proponente sobre o PGAS e as diferentes medidas de mitigação													
assistência técnica no plano de parcelamento da fazenda e medidas anti erosivas													
assistência técnica na planeamento pormenorizada das produções e necessidades de insumos													
formação sobre uso de químicos para o proponente e pessoal													
Outras Capacitação do Proponente													
<b>Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais, o primeiro para avaliar a primeira campanha e medidas de mitigação implementadas (previsão de entrega em março) e a segunda para a segunda campanha e cacimbo e medidas de mitigação (previsão de entrega em setembro)</b>													
Relatórios de Progresso									X				

Actividade	Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3
<b>Medidas de mitigação</b>												
Durante os anos 2, 3 e 4 a implementação das medidas de mitigação vai consistir na manutenção melhoramento do que foi realizado no primeiro ano de arranque do projecto												
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda e implementação de medidas anti erosivas de drenagem e outras												
Extensão da área limpa e extensão com calagem												
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	época 1		época 2		época 1		época 2		época 1		época 2	
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação												
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	época 1		época 2		época 1		época 2		época 1		época 2	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	época 1		época 2		época 1		época 2		época 1		época 2	
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efetivos, trabalhadores declarados												
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme												
Disponibilidade de água potável												
Disponibilidades de sanitas												
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA												
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda									?	?	?	?
<b>Monitorização (A partir do segundo ano a monitorização será semestral, a primeira em setembro para avaliar o planeamento realizado e campanha agrícola época 2 e cacimbo e a segunda em fevereiro para avaliar a campanha agrícola 1 )</b>												
plano de parcelamento geral da fazenda respectivos e eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras mantidas e melhoradas	X		X		X		X		X		X	
Extensão da área limpa e extensão com calagem	X		X		X		X		X		X	
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	X		X		X		X		X		X	
Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) implementado conforme	X		X		X		X		X		X	
Protocolo de aplicação de pesticidas e químicos aplicado conforme	X		X		X		X		X		X	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	X		X		X		X		X		X	
Existência de contrato de trabalho para todos os trabalhadores efetivos, trabalhadores declarados	X		X		X		X		X		X	
plano de HSST aplicado conforme	X		X		X		X		X		X	
Disponibilidade de água potável	X		X		X		X		X		X	
Disponibilidades de sanitas	X		X		X		X		X		X	
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA	X		X		X		X		X		X	
Adopção de medidas de biossegurança contra Covid 19	X		X		X		X		X		X	
As visitas de monitoria serão multidisciplinar tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS												
<b>Fortalecimento institucional</b>												
Consulta Pública realizada antes do início do Plano de Negócio												
Implementação do PGAS												
Monitorização e avaliação do PGAS	X		X		X		X		X		X	
<b>Treinamento</b>												
Capacitação do Proponente												
O proponente receberá minimamente uma capacitação anual com muitos assuntos relacionados com o PGAS												
<b>Relatórios (Previsão de 2 relatórios anual para o seguimento do PGAS)</b>												
Relatórios de Progresso	X		X		X		X		X		X	

## 12. PLANO DE CONSULTA PÚBLICA

### 12.1. Visão Global das Salvaguardas Ambientais e Sociais do PDAC

Com vista a fornecer um guião de orientação para a gestão de potenciais impactos ambientais e sociais para os investimentos do PDAC, das atividades agrícolas e de construção e reabilitação de infraestruturas, foram elaborados os seguintes instrumentos: Quadro de Gestão Ambiental e Social, Quadro de Políticas de Realojamento e Plano de Gestão de Pragas. O presente documento surge com um complemento a estes 3 instrumentos e servirá para permitir que as comunidades e outras partes interessadas influenciem as tomadas de decisão relativas à implementação do PDAC e das salvaguardas ambientais e sociais.

A responsabilidade pela elaboração e implementação plano de consulta pública e dos demais instrumentos de gestão ambiental e social é da Unidade de Implementação do Projeto (UIP),

mais especificamente através dos especialistas em Salvaguardas Ambientais e Riscos Sociais e de Género.

Cabe aos TSP dos projectos agrícolas, no caso do Corredor B, à BRLI-SIRIUS apoiar a UIP e o representante provincial do PDAC na implementação das actividades de Consulta Pública.

Neste documento apresentam-se o Plano de Engajamento das Partes Interessadas e o Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações, que constituem uma componente fundamental, que permitirá a interação entre o PDAC, os beneficiários e outras partes interessadas, durante o processo de implementação das salvaguardas ambientais e sociais.

## 12.2. Engajamento ou Envolvimento das Partes Interessadas

É um processo livre de manipulação, interferência, coerção e intimidação, a ser conduzido com base em informações fidedignas, relevantes, acessíveis e em um formato culturalmente apropriado. Este processo envolve interações entre grupos de pessoas identificados previamente e oferece às partes interessadas uma oportunidade de levantar suas preocupações e opiniões e garante que essas informações sejam levadas em consideração durante o processo de tomada de decisões sobre o projecto.

O envolvimento efectivo das partes interessadas deverá ser um “compromisso social” de confiança mútua, respeito e comunicação transparente entre o MINAGRIF, através UIP, e seus stakeholders.

## 12.3. A consulta pública oficial

A Consulta pública é um procedimento compreendido no âmbito da participação pública que visa a recolha de opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental.

Angola tem requisitos formais de consulta pública no processo de AIA. O processo de Consulta Pública é regulamentado pelo Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro.

Também há a modalidade de consulta directa, voluntária, do empreendedor, sem intermediação governamental. No entanto, quando se trata de obtenção de autorização ou licença, a consulta voluntária não substitui a consulta pública oficial, embora possa complementá-la.

Para que possa atingir resultados, a consulta pública necessita de regras claras (o procedimento de consulta) e de acesso à informação (cujas regras devem ser definidas em leis e regulamentos).

## 12.4. Procedimentos de consulta pública

Há diferentes maneiras de se estruturar a consulta pública e podem ser empregues diferentes ferramentas para conduzir o processo. Há formas mais apropriadas para determinadas fases do processo de AIA. Para estabelecer os termos de referência, temos reuniões de pequenos grupos, ao passo que para discutir um projecto e seus impactos após a conclusão, uma ou mais audiências públicas podem ser apropriadas.

A realização de pesquisas de opinião é um método de levantar opiniões, preocupações e pontos de vista que talvez não fossem exprimidos em fóruns como audiências ou reuniões públicas. Essas pesquisas podem ser conduzidas com base em questionários que contenham uma série de perguntas preestabelecidas, ou na forma de entrevistas abertas, nas quais o pesquisador chega com alguns temas previamente definidos, mas deixa amplo espaço para que o entrevistado introduza outros assuntos de seu interesse.

Diversas ferramentas foram desenvolvidas para estimular a participação pública na formulação e avaliação de projectos de desenvolvimento, ultrapassando a noção de consulta e entrando em graus superiores de participação.

### 12.5. A consulta pública do proponente (o empresário agrícola)

A consulta pública pode ser feita não somente por meio dos canais oficiais, mas também por iniciativa voluntária do empresário, com o intuito de melhorar o seu relacionamento com a comunidade ou de conhecer quais são suas preocupações, valores e perspectivas.

Por interesse próprio, assim como para honrar eventuais compromissos de responsabilidade social, o empresário que actue em setores de significativo impacto ambiental deve-se envolver activamente em consulta pública independentemente de qualquer exigência legal. O empresário poderá contar com o apoio técnico do TSP BRLI-SIRIUS.

### 12.6. Actividades realizadas no corredor no âmbito do processo de consulta pública

O processo de Consulta Pública no Corredor B começou com contactos informais e posterior visitas as suas fazendas ou explorações. No total foram nesta primeira fase visitados 30 proponentes dos municípios do Amboim, Cela, Mussende e Quibala, que apresentaram previamente as suas manifestações de interesse à representação provincial do PDAC. Estes encontros resultaram na elaboração de 21 Planos de Negócios (PN). Estes encontros serviram para a apresentação da equipa de consultores do TSP BRLI-SIRIUS e das regras de PDAC, com ênfase para as Salvaguardas Ambientais e Sociais.

A equipa BRLi-SIRIUS realizou de igual modo três reuniões de sensibilização com o mesmo propósito, sendo um na Gabela (Com a participação de proponentes do Amboim e Quilenda), uma em Waku Kungo (participantes da Cela) e a terceira na Quibala com os proponentes e demais interessados locais.

As reuniões de consultas públicas já realizadas tiveram lugar nas sedes dos municípios do Amboim (Gabela) e Quibala (Quibala) duas reuniões de Consultas Públicas sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócio da Fazenda Mati do proponente António Emílio João Eduardo, potencial beneficiário do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PDAC). Todos os encontros foram antecedidos de contactos formais com as Administrações Municipais para apresentação do PDAC e da equipa BRLi-SIRIUS. O relatório dessas reuniões encontra-se em anexo IV deste PGAS.

## 13. MECANISMO DE SUGESTÕES E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (MSGR)

### 13.1. Visão Global das Salvaguardas Ambientais e Sociais do PDAC

A responsabilidade pela elaboração e implementação deste Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações, bem como os demais instrumentos de gestão ambiental e social é do MINAGRIF, através da Unidade de Implementação do Projeto (UIP), mais especificamente através dos especialistas em Salvaguardas Ambientais e Riscos Sociais e de Género.

Neste documento apresenta-se o Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações, que permitirá a interação entre o PDAC, os beneficiários e outras partes interessadas, durante o processo de implementação das salvaguardas ambientais e sociais.

### 13.2. Definições e procedimentos de reclamações

O objetivo do mecanismo é permitir que as sugestões ou reclamações relacionadas ao PDAC sejam resolvidas, em tempo hábil, de modo a satisfazer tanto as partes externas interessadas como os objetivos de implementação do projeto. Este mecanismo deverá garantir que reclamações e sugestões sejam abordadas de modo transparente, imparcial e de forma culturalmente aceitável.

O TPS BRLI-SIRIUS é parte integrante deste mecanismo na medida em que vai apoiar o proponente na implementação do Plano de Negócio

**Reclamação:** trata-se de uma expressão de insatisfação relacionada a um impacto causado por uma actividade de projecto, que afectou um indivíduo ou um grupo de indivíduos (por exemplo, problemas relacionados a emissão de poeiras, ruídos ou vibração). Normalmente uma reclamação é de natureza menos grave do que uma queixa; e

**Queixa:** trata-se de uma reivindicação levantada por um indivíduo ou grupo de indivíduos que foram afectados por uma actividade do projecto de forma negativa. Essa afectação negativa pode ser, na obtenção do seu sustento, em questões de saúde e segurança, no bloqueio de acessos, em comportamentos inaceitáveis por parte de trabalhadores dos projetos (ex. violência de género) bem como no seu património e nas suas normas culturais. Caso uma queixa não seja tratada de maneira eficaz, pode representar um risco para as operações da UIP.

Apesar do nome do mecanismo adoptado não incluir a palavra queixa, o instrumento descrito neste documento inclui tanto reclamações quanto queixas, doravante apenas referidas como **sugestões e reclamações**.

### 13.3. Integração das Questões de Género

Este mecanismo dará um tratamento especial às questões relacionadas com a violência baseada no género (**VBG**), principalmente quando se tratam de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (**AES**) e Assédio Sexual (**AS**), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas.

Para dar voz às potenciais vítimas de VBG, o mecanismo terá canais específicos, que permitam espaços para sobreviventes de AES e AS, para estas relatarem as suas experiências e tenham um tratamento seguro, ético e centrado nas vítimas, garantindo a sua segurança e bem-estar.

Será feito um trabalho de sensibilização e prevenção para as questões de desigualdade de género, de modo a potenciar a igualdade e equidade no acesso aos benefícios do projecto e para prevenir as situações de VBG.

#### **13.4. O MSGR e os canais de comunicação associados**

Este mecanismo permitirá ao PDAC melhorar o seu desempenho a nível da implementação das salvaguardas ambientais e sociais e da melhoria da qualidade dos projetos. O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no PDAC.

Os principais objetivos do MSGR são:

- Registar, categorizar e priorizar as reclamações;
- Resolver as reclamações;
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos para as entidades competentes para o efeito

O mecanismo terá diferentes níveis para o fluxo de informações e a resolução das reclamações. Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projetos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário.

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, a saber:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes;
- Linhas telefónicas gratuitas;
- Endereços de email e endereços postais;
- O website do PDAC ([www.pdac.com](http://www.pdac.com)) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões.

#### **13.5. Mecanismo de Resolução de Reclamações ao nível das comunidades**

Espera-se que alguns dos conflitos que possam surgir ao nível das comunidades, sejam resolvidos pelos intervenientes directos na implementação dos subprojectos, sem o envolvimento das estruturas de gestão do PDAC ao nível provincial e central. Estes conflitos giram em torno de perturbações geradas durante de construção e operação dos subprojectos e podem ser resolvidas facilmente no local, envolvendo os TSP e proprietários das fazendas

No entanto, no que diz respeito a disputas que incluam conflitos relativos a limites e posse de terras, mesmo em questões desencadeadas indiretamente pelos subprojectos, o mecanismo deverá envolver as autoridades municipais e provinciais, elementos da gestão do PDAC a nível provincial, o (s) proprietário (es) em questão e, se necessário, representantes do PDAC a nível central.

Mesmo para os casos em que as questões causadas pelos subprojectos são levantadas e resolvidas pelos intervenientes ao nível comunitário, ou seja, ao nível dos intervenientes diretos na implementação dos subprojectos, é importante que seja estabelecido um mecanismo para relatá-los à UIP Central.

Sempre que possível, e quando as reclamações não estão relacionadas com questões fundiárias, é preferível que as reclamações e sugestões relacionadas aos subprojectos do PDAC sejam resolvidas e comunicadas através dos mecanismos comunitários.

Este mecanismo é aplicado apenas na fase de implementação dos subprojectos.

### **13.6. Canais específicos, ao nível comunitário, para lidar com as questões sociais e de género**

Devem ser identificados pontos de entrada de queixas e reclamações onde as sobreviventes de AES e AS sentem-se confortáveis e encorajadas a apresentar-se e apresentar as suas denúncias. As mulheres e meninas deverão ser envolvidas neste processo de identificação, que incluirá canais como prestadores de serviços, linhas diretas organizações de mulheres.

### **13.7. Procedimentos de gestão das reclamações e queixas a nível dos subprojectos**

O TSP BRLI-SIRIUS faz parte do mecanismo de sugestões e gestão de reclamações na medida em que cabe à ele apoiar os proponentes dos subprojectos na elaboração e implementação dos Planos de Negócios. Todas as queixas e reclamações apresentadas quer pelos trabalhadores das fazendas contra os proprietários ou destas contra eventuais problemas do projecto, devem ser apresentadas ao TSP, que utilizando canais próprios definidos pelo MSGR encaminhará à UIP central ou à sua representação provincial.

A reclamação que será feita tendo em conta as informações constantes do formulário de reclamação, deverá fornecer o máximo de informações relevantes possível, incluindo um resumo de sua queixa e detalhes sobre quaisquer medidas tomadas anteriormente para a resolução do caso (se houver). A ficha de reclamação deverá conter a Identificação do(a) queixoso(a)(a pessoa pode optar por manter-se no anonimato) os contactos e a descrição d reclamação (Ver formulário de reclamação em anexo)

Após receber uma reclamação, o TSP BRLI-SIRIUS regista o incidente com a introdução do caso numa base de dados interna do projecto e em seguida encaminha para a UIP central ou provincial que se encarregará da investigação do problema que possa ter causado a reclamação a fim de encontrar a solução ou resposta mais apropriada.

O reclamante ou queixoso será informado de uma data estimada para a resolução do caso e a pessoa ou entidade responsável por lidar com a sua reclamação. O responsável em questão será o seu ponto de contacto na empresa até que seu caso tenha sido resolvido ou até que mais nenhuma acção possa ser tomada.

Devido à complexidade de algumas reclamações ou queixas, o tempo necessário para resolução pode ser mais ou menos longo. Contudo, o TSP BRLI-SIRIUS irá manter, manter o reclamante sempre informado durante o processo.



O resultado da investigação poderá eventualmente ser a definição de termos de qualquer acordo que o projecto esteja em condições de assumir para a regularização de sua reclamação, se aplicável.



## 14. ANEXOS

### Anexo I. Requisitos legais no âmbito do projecto

#### Anexo I.1. Legislação Angolana, Quadro Normativo e Institucional

<b>Lei ou norma</b>	<b>Descrição</b>
<b>Constituição da República de Angola de 2010</b>	Artigo 39 da – CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído.
<b>Lei da Terra (Lei nº 09/04 de 9 de Novembro)</b>	Reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais.
<b>Lei n.º 5/98 de 19 Junho</b>	Aprova a Lei de Bases do Ambiente, suporte legal da Protecção do Meio Ambiente em Angola, e estabelece. No âmbito do presente PGAS, esta lei é accionada para o cumprimento dos requisitos ambientais dos projectos para o corredor B.
<b>Decreto Executivo n.º 92/12, de 1 de Março</b>	Regulamento que aprova os termos de referência, com os quais os EIA deverão estar em conformidade. Para o presente PGAS, os termos de referência estão em conformidade com os requisitos legais estabelecidos pelo quadro de gestão ambiental e social do PDAC, portanto este decreto não é accionado.
<b>Decreto Executivo n.º 87/12, de 24 de Fevereiro</b>	Aprova o regulamento de Consultas Públicas dos Projectos sujeitos à Avaliação de Impactos Ambientais. O regulamento de consulta publica será accionado para apresentação do projectos para o corredor B.
<b>Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril</b>	Revoga os Decretos 51/04 e o 59/07 e estabelece o Regulamento geral de Avaliação de Impactos Ambientais e do procedimento de Licenciamento Ambiental.
<b>Lei n.º 3/04, de 25 de Junho</b>	Aprova a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LOTU), que estabelece os princípios em que assenta a política de ordenamento do território. Esta lei é accionada para os projectos do corredor B.
<b>Lei 9/04 de 9 de Novembro</b>	Aprova a Lei das Terras, através da qual se define as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado.
<b>Lei n.º 6/ 17 de 24 de Janeiro</b>	Esta lei estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda , as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas.
<b>Lei n.º 25/11 de 14 de Julho de 2011</b>	Lei Contra a Violência Doméstica, estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas. Esta lei é accionada para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto Presidencial nº 124/13 de 28 de Agosto</b>	Regulamento da Lei Contra a Violência Doméstica. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Lei nº 25/12 – de 22 de Agosto de 2012</b>	Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança. Visa promover os direitos e o bem-estar da criança,



## Anexo I.2. Legislação Angolana, Quadro Normativo e Institucional

Lei ou norma	Descrição
<b>Portaria n.º 10.375, de 15 de Outubro</b>	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais. Esta portaria é accionada para os projectos do corredor B
<b>Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto</b>	Regulamento sobre Gestão de Resíduos, estabelece as directrizes para a gestão adequada dos resíduos produzidos e a obrigatoriedade de um Plano de Gestão de Resíduos.
<b>Decreto Executivo n.º 17/13, 22 de Janeiro</b>	Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, estabelece a obrigatoriedade de gestão adequada dos resíduos de construção e demolição. Este decreto é accionado pelo projecto para o corredor B
<b>Lei n.º 6A/04 de 8 de Outubro</b>	Aprova a Lei do Recursos Biológicos Aquáticos, que estabelece a política geral, princípios e critérios gerais de acesso aos recursos biológicos aquáticos e da sua conservação, ordenamento, gestão e desenvolvimento. Esta lei accionada pelo projecto para o corredor B
<b>Decreto Presidencial 261/2011 de 6 de Outubro</b>	Aprova o regulamento que estabelece as normas e critérios de aferição da qualidade da água, em função dos seus principais usos, na perspectiva de protecção da saúde pública, da gestão integrada dos recursos hídricos e da preservação do ambiente. Este decreto é accionado pelo projecto para o corredor B
<b>Decreto-Lei n.º 6/02 de 21 de Junho</b>	Aprova a Lei de Águas, aplicada a águas interiores, quer superficiais quer subterrâneas, e estabelece os princípios gerais do regime jurídico inerente ao uso dos recursos hídricos. Esta lei é accionada pelo projecto para o corredor B
<b>Decreto Presidencial n.º 82/14, de 21 de Abril</b>	Aprova o Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos, aplicável aos cursos de água, lagos, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências. Este decreto é accionado para os projectos do corredor B
<b>Lei n.º 2/00 de 11 de Fevereiro</b>	Lei geral do trabalho. Esta lei é accionada com intuito de garantir os direitos trabalhistas para os projectos do corredor B
<b>Decreto n.º 31/94 de 5 de Agosto</b>	Estabelece os princípios que visam a promoção de segurança, higiene e saúde no trabalho, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 46º da Lei nº23/92 - Lei Constitucional. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto Executivo Nº 6/96 de Fevereiro</b>	Decreto que estabelece a obrigatoriedade de organização de serviços de SHST nas empresas. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto n.º 43/03 de 4 de Julho</b>	Aprova o regulamento sobre HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto Executivo Nº 128/04 de 23 de Novembro</b>	Aprova o regulamento geral da Sinalização de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto</b>	Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B
<b>Lei n.º 14/05, de 7 de Outubro</b>	Aprova a Lei do Património Cultural, que estabelece os vários tipos de património objecto de protecção. Esta lei é accionada para todos os projectos do corredor B
<b>Decreto Presidencial n.º 222/13</b>	Aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e a Estratégia de advocacia e mobilização de Recursos para implementação e monitorização da política. Este decreto é accionado para todos os projectos do corredor B



### I.3. Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial Aplicáveis

<b>OP 4.01 Avaliação Ambiental</b>	A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.	A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.
<b>OP 4.04 Habitat Natural</b>	A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiados ou cofinanciados	Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas.
<b>O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas</b>	A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente.	Esta política não é accionada no âmbito do projecto da Fazenda Mati, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.
<b>OP 4.09 Gestão de Pragas</b>	A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório	O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada.
<b>OP 4.11 Recursos físicos e culturais</b>	Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto	Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturais considerados baixos.
<b>OP 4.12 Reassentamento Involuntário</b>	A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto.	No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será accionada.
<b>OP 4.36 Recursos Florestais</b>	Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.	O projecto Fazenda Mati não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada.



Anexo II. Formulário de Mecanismo Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC

<b>Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações - PDAC</b>		
1	<b>Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato)</b>	Nome: Idade: Desejo manter-me anónimo: sim..... Não..... A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não.....
2	<b>Contactos</b>	Contacte-me por: Telefone.....email.....
3	<b>Descrição da reclamação</b>	O que aconteceu.....  Aonde aconteceu.....  Quando aconteceu.....
Assinatura:.....Enviado por:..... Data:		



### Anexo III. Medidas de Mitigação para Agricultura na fase da Implementação

Nº	Medidas de potenciação e mitigação	Indicador
<b>1. Agricultura de maneira geral e preservação do ambiente</b>		
	<p>Programa de formação do promotor e dos seus técnicos no ciclo das culturas e operações culturais a ser realizadas</p> <p>Gerir bem a entrada das máquinas dentro das parcelas agrícolas para evitar a compactação.</p> <p>Prever quando possível a técnica de sementeira direta com “minimum tillage”.</p> <p>Manter uma monitoria regular dos solos (PH, compactação ...) e manter programas de calagem regulares para manter um PH entre 5,5 e 6,5</p> <p>Seguir programas de fertilização que permitem manter as quantidades de fertilizantes nos solos e obter altos rendimentos</p> <p>Manter as restituições dos resíduos de cultura dentro dos solos.</p> <p>Prever cultivos de adubos verdes com mucumas e outras leguminosas herbáceas</p> <p>Manter um abastecimento de sementes de boa qualidade no mercado local sem importar sementes nem usar de sementes OGM</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O promotor e os principais técnicos foram formados no ciclo das culturas e operações culturais a ser realizadas</li> <li>2. Existe antes de cada campanha um programa preciso de produção com rotações definidas a ser seguidas</li> <li>3. Os programas de calagem e de fertilização são seguidos</li> </ol>
	<p>Prosseguir com arborização do local, com Eucaliptos, Cedros e outras espécies em volta das parcelas agrícolas.</p> <p>Fazer cada ano em torno de toda a fazenda um guarda fogo de 6 metros de largura, o que tem preservado a fauna e a flora existentes na fazenda</p> <p>Manter uma linha de 50 m sem culturas nas margens do rio Nhia e das nascentes</p> <p>Limitar a rega nesses 10 há e fazer regas correspondentes às necessidades das plantas</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Não há culturas a menos de 50 m da margem dos rios</li> <li>5. As parcelas são cercadas de quebra vento</li> <li>6. A fazenda não é atingida por incendio</li> </ol>
<b>2. Gestão dos resíduos sólidos e Gestão/manutenção dos equipamentos e máquinas e dos óleos queimadas e outros</b>		
	<p>Manter a prática de produzir composto para todas matérias biológicas (resíduos de cultivos, capim, animais mortos, cinza de cozinha, papel, cartão, etc.)</p> <p>Introduzir um sistema de cesto de lixo separado e fazer triagem entre os diferentes resíduos sólidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cesto para resíduo de ferro</li> <li>• Cesto para resíduo plástico</li> <li>• Cesto para resíduo de plástico</li> <li>• Cesto para resíduo de recipiente de químicos e outros tóxicos</li> <li>• Cesto especial para pilhas e outros elementos com metais pesados</li> </ul> <p>Regularmente levar os diferentes tipos de lixo nos lugares adequados.</p> <p>construção dum oficina que permitirá melhor manutenção dos equipamentos e limitação das poluições</p> <p>Óleo queimada recolhida num baril especial. Outros poluentes da oficina eliminados a seguir o Programa de Gestão de Resíduos sólidos</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Existência dum trincheira para composto.</li> <li>8. Existência dum sistema de seleção dos lixos non biológicos da fazenda</li> <li>9. Oficina de manutenção do material bem organizada e limpa</li> <li>10. Óleo queimada recolhida num tambor e seguindo um caminho preciso na gestão de resíduos</li> </ol>
<b>3. Energia, qualidade do ar, mudanças climáticas</b>		
	<p>Organizar para produzir quando é possível com painéis solares como no caso da motobomba solar</p> <p>Limitar o trabalho dos solos em solos demasiado secos.</p> <p>Evitar a saída dos tratores sem razões necessárias</p>	<p>Indicadores já disponíveis acima</p>



Nº	Medidas de potenciação e mitigação	Indicador
	<p>Finalizar um programa de plantação de árvores a volta das parcelas agrícolas.</p> <p>Manter a fazenda protegida contra incêndios e fazer palestras contra os incêndios na aldeia vizinha</p>	
<b>4. impactos sociais nos trabalhadores da fazenda</b>		
	<p>Avaliar a arduosidade de cada tarefa e as formas de facilita-lo</p> <p>Organizar uma visita médica anual para cada funcionário</p> <p>Verificar o caderno de vacina de cada trabalhador</p> <p>Manter dentro da fazenda um kit de primeiros socorros e estoque mínimo de medicamentos</p> <p>Ter sempre o contacto telefónico dum médico ou centro de saúde dos arredores da fazenda</p> <p>Organizar dentro da fazenda em lugares estratégicos sanitas básicas</p> <p>Organizar reservas de água potável a disposição do pessoal e permitir para todos os trabalhadores (permanente e eventuais) ter acesso a água potável</p>	<p>11. cada trabalhador tem o seu arquivo pessoal com contrato de trabalho assinado, histórico da sua atividade dentro da fazenda assim como um acompanhamento médico mínimo</p> <p>12. Existe um kit de primeiros socorros e procedimentos em caso dum acidente grave</p> <p>13. Existe sanitas básicas em toda fazenda para os funcionários e trabalhadores eventuais</p> <p>14. Os funcionários e trabalhadores eventuais têm acesso a água potável dentro da fazenda</p>
<b>5. relacionamento com as comunidades locais – populações das aldeias vizinhas e impactos sociais</b>		
	<p>Uso de mão de obra eventual</p> <p>O proponente deve investir se no acompanhamento da aldeia em relação com aspetos de conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais e participar em campanhas para melhorar a situação</p> <p>Fazer palestras dentro da aldeia para cada família organizar sanitas</p> <p>Fazer palestras dentro da aldeia para cada família organizar o seu acesso a água potável e apoiar a fazenda para concertar o poço de agua potável</p>	<p>15. Quantidade de mão de obra eventual contratada, homens e mulheres</p> <p>16. Número de eventos, palestras realizadas pelo proponente dentro da fazenda.</p> <p>17. O proponente participa ativamente na vida política da fazenda de Cassamba particularmente para os assuntos sociais</p>



MENAGRIF/PDAC

**BRL**  
Ingénierie



Anexo IV: Relatório das Consulta Públicas



GABELA, 03 DE JUNHO DE 2021

QUIBALA, 04 DE JUNHO DE 2021



Nos dias 3 e 4 de Junho de 2021 tiveram lugar nas sedes dos municípios do Amboim (Gabela) e Quibala (Quibala) duas reuniões de Consultas Públicas sobre os Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) dos Planos de Negócios (PN) dos potenciais beneficiários do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PDAC).

As referidas reuniões tiveram os seguintes objectivos:

### **Objectivo Geral:**

Consulta Pública sobre os Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) dos diferentes Planos de Negócios a serem implementados nos municípios de onde o PDAC está a ser implementado (Amboim, Cela, Libolo, Mussende e Quibala), na província do Kwanza Sul.

### **Objectivos específicos:**

- Apresentação pública do PGAS tendo como referência o documento da Fazenda Mati;
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Nas reuniões de Consulta Pública realizadas na Gabela e na Quibala foi adoptada como referência o PGAS do Plano de Negócio da Fazenda Mati do proponente António Emílio João Eduardo, cujo subprojecto será implementado no Município da Cela. Assim, os proponentes dos quatro municípios (Amboim, Cela, Quibala e Quilenda) tomaram conhecimento dos conteúdos do referido documento onde se destacam os principais impactos ambientais e sociais bem com as principais medidas para a sua mitigação.

A reunião da Gabela teve lugar no salão nobre da Administração Municipal do Amboim das 10H00 às 13H00 e contou com a presença de 44 participantes (10 da Quilenda e 34 do Amboim) entre os quais proponentes e seus trabalhadores e funcionários das Administrações Municipais (*Ver lista de presenças em anexo*). O acto de abertura foi orientado pelo Administrador Adjunto para a Área Política, Social e Económica o Senhor João Carlos Quintiliano, em representação do Administrador Municipal do Amboim. Representou o PDAC a nível central a Senhora Júlia Quitócuca (Especialista Social) a nível da província do Kwanza Sul, a Senhora Margarida João de Almeida. O TSP BRLi-SIRIUS esteve representado por Marc Lacharme (Team leader), Daniel Sassupe (Especialista Ambiental e Social) e José Bombe (Especialista em Cadeias de Valor).

Foram feitas duas apresentações antecedidas pela introdução feita pela representante do PDAC na província do Kwanza Sul que, de uma forma muito geral falou dos objectivos do encontro.

A segunda apresentação foi feita pela Senhora Júlia Quitócuca que se debruçou sobre os principais conceitos e definições; a legislação ambiental aplicável (Legislação ambiental e



social angolana e as políticas ambientais do Banco Mundial, ver anexo); os impactos ambientais e sociais do cultivo do milho e as mitigações dos impactos.

A terceira e última apresentação do dia foi feita pelo Senhor Marc Lacharme, team leader do TSP BRLi - SIRIUS que de forma profunda abordou os seguintes das medidas de mitigação para a agricultura:

- Preservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- Maneio de Agroquímicos na Fazenda;
- Gestão dos resíduos sólidos, manutenção das máquinas e dos óleos queimados;
- Energia, qualidade de ar e mudanças climáticas;
- Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda;
- Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda;
- Relacionalmente com as comunidades locais.

Depois das apresentações abriram-se espaços para intervenção dos participantes que resultaram em alguns aspectos importantes, a destacar:

- ❖ Atrasos que se registam no financiamento dos projectos, tendo em conta que o PDAC termina em 2024 e o ano agrícola 2021/2022 inicia em setembro de 2021;
- ❖ Os empregados da maior parte das fazendas oferecem resistência em se registar no Instituto Nacional de Segurança Social para evitar os descontos;
- ❖ Os proponentes solicitaram a organização a elaboração de pequenas cartilhas informativas sobre os aspectos ambientais e sociais e as medidas de mitigação dos impactos negativos;
- ❖ Solicitam às autoridades governamentais a tomada de medidas que visem reduzir as queimadas anárquicas;
- ❖ Solicitam às autoridades competentes a tomada de medidas no sentido de evitar a venda de agrotóxicos em locais impróprios

Na final fotografia de família onde se destaca a presença do Senhor Administrador Adjunto para a Área Política, Social e Económica do município do Amboim.

Na Quibala o encontro contou com a presença de 11 participantes dos quais 4 proponentes, 1 representante da Administração Municipal da Quibala, 1 representante do projecto SAMAP. Foi antecedido por um encontro de cortesia mantido com o Senhor João Daniel Nunes Administrador Municipal da Quibala, recentemente nomeado. Neste encontro foi apresentada a equipa do TSP BRLi & SIRIUS e as representantes do PDAC Margarida de Almeida e Júlia Quitócuá.

Foram feitas as apresentações do TSP BRLi-SIRIUS nos mesmos moldes que na reunião da Gabela e no final foram colhidos alguns aspectos importantes:

- ❖ Em relação ao enquadramento das mulheres nos trabalhos das fazendas há necessidade de os promotores serem mais sensíveis aos problemas específicos do género; ter atitudes que signifiquem “discriminação positiva”;



- ❖ Como acomodar as crianças acompanhantes das mães trabalhadoras do campo? Criar espaços para crianças na fazenda?

### Anexo IV.1. Listas de presenças

#### Na Gabela

Consulta Pública PGAS – GABELA o 03 de junho de 2021 Lista de presença			
Nome apelido	Instituição e Função	Contactos: móvel e Email	assinatura
Jorge Pach	Capão Gela, Str. Agrícola/Boqueirão	923622995 jorgepach@brl.com.br	[Assinatura]
Mateus J. Figueiredo	Fazenda - MJT	mat.f.figueiredo@gmail.com	[Assinatura]
Amalberto Augusto Jans	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	741981968	[Assinatura]
Antônio Campos	Coop. Jans & C. Ltda	946404118	[Assinatura]
Teófilo João dos Reis	PDAC	923319662	[Assinatura]
Kleber F. L...	SDAC	923223970	[Assinatura]
Harriel Sossybe	BRL/SIRIUS	922817594 sossybe@brl.com.br	[Assinatura]
Administração Ambiental	para área Pública, Econômica e Social		

Consulta Pública PGAS – GABELA o 03 de junho de 2021 Lista de presença			
Nome apelido	Instituição e Função	Contactos: móvel e Email	assinatura
Amalberto Augusto	Associação Kiferango	9228949144	[Assinatura]
Maria Olga S. Souza	AG. Vicentina	925782112	[Assinatura]
Leandro Henrique Almeida	C. Fiscal	922883680	[Assinatura]
Alfredo Mattos	Engenharia Heli Z. Pires	946015404	[Assinatura]
Samuel de Jesus	Fazenda Teófilo Jans	921051707	[Assinatura]
Carolina M. M. M. M.	ITA - Missões	929222432	[Assinatura]
Renata dos Anjos	Associação	92549795	[Assinatura]
Jose Paulo	BRL/SIRIUS - Unidade de Gestão	947619055	[Assinatura]

Consulta Pública PGAS – GABELA o 03 de junho de 2021 Lista de presença			
Nome apelido	Instituição e Função	Contactos: móvel e Email	assinatura
Daniel Quinto	Presidente da Coop. e. J.	930050986	[Assinatura]
Amelina Francisco	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	748316714	[Assinatura]
Rebeca N. A. Simões	Associação Vista Alegre/Boqueirão	432253829	[Assinatura]
Márcia Garcia	Francoisa B. R. / Admin	925690121	[Assinatura]
Alfonso C. Quinto	Francoisa B. R. / Admin	945953702	[Assinatura]
Solimarilda	Residência	922162624	[Assinatura]
Amelina	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	920790337	[Assinatura]
Nora de Teófilo	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	926175968	[Assinatura]
Cláudio Augusto	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	935202350	[Assinatura]

Consulta Pública PGAS – GABELA o 03 de junho de 2021 Lista de presença			
Nome apelido	Instituição e Função	Contactos: móvel e Email	assinatura
Amelina Loureiro	Associação Vista Alegre/Boqueirão	923766271	[Assinatura]
Amelina Loureiro	Associação Vista Alegre/Boqueirão	926601156	[Assinatura]
Augusto H. Manoel	Presidente Coop. Jans	922019543	[Assinatura]
Antônio Manoel	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	921597929	[Assinatura]
Tosé Silva	JDVS - Direção Geral	928224647	[Assinatura]
Emilio M. M.	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	923727714	[Assinatura]
Rita de Cássia Jorge	MS Indústria Orientada	926824598	[Assinatura]
João Manoel de Silva	MS Indústria Orientada	928624588	[Assinatura]
Vagner Porto	CAYALO - BRL	926577674	[Assinatura]

Consulta Pública PGAS – GABELA o 03 de junho de 2021 Lista de presença			
Nome apelido	Instituição e Função	Contactos: móvel e Email	assinatura
Amelina Loureiro	Associação Vista Alegre/Boqueirão	934893592	[Assinatura]
Rebeca N. A. Simões	Associação Vista Alegre/Boqueirão	94498362	[Assinatura]
André Silveira Alfredo	Cooperativa União São	92131581	[Assinatura]
Lucivaldo E. Pereira	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	925775688	[Assinatura]
Quintino	Fazenda de Quintino	917518585	[Assinatura]
Antônio Manoel de Silva	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	930600560	[Assinatura]
Francisco Antônio de Almeida	Cooperativa União São	946014043	[Assinatura]
Venceslau A. S. M. M.	Fazenda Vista Alegre/Boqueirão	924356212	[Assinatura]
Antônio Manoel de Silva	Cooperativa União São	946015069	[Assinatura]

#### Na Quibala







## Identificação de riscos ambientais na implementação do Plano de Negocio

- Erosão e degradação dos solos
- Diminuição da fertilidade dos solos e do potencial produtivo
- Contaminação dos solos (por fertilizantes, pesticidas e outros).
- Produção de resíduos diversos e particularmente perigosos (embalagem de agroquímicos) ou degradante pelo ambiente como óleos queimadas e outros
- Degradação de zonas ecológicas frágeis
- Poluição dos rios
- Diminuição da biodiversidade (vegetais e animais)

## Identificação de riscos sociais na implementação do Plano de Negocio

- Higiene, saúde e segurança no trabalho
- Riscos no trabalho (manipulação de químicos e maquinas perigosas)
- Segurança laboral dos permanentes (respeito da legislação do trabalho)
- Contratação de mão de obra infantis
- Doenças diversas (paludismo, HIV, COVID19, doenças relacionadas ao consumo de agua etc.)

**BRL Engenharia** **SIRIUS**

### Medidas de Mitigação para Agricultura

#### 1. Preservação do meio ambiente e da biodiversidade

- Formação do promotor e dos seus técnicos nos ciclos e operações culturais
- Gerir o manuseamento da maquinaria na farma para evitar compactação dos solos
- Priorizar sempre que possível plantio directo
- Manter actividade de calagem regular. PH 5,5 a 6,5
- Fertilização dos solos e proteção das culturas em quantidades racionais para altos rendimentos
- Incorporar os restos vegetais no solo
- Prever cultivo de adubos verdes e outras leguminosas herbáceas
- Utilizar semente de boa qualidade no Mercado local, não usar variedades geneticamente modificados
- Adoatar arborização das bordaduras, guarda fogos, culturas em faixa, praticas culturais seguindo curvas de nível

**BRL Engenharia** **SIRIUS**

### Medidas de Mitigação para Agricultura

#### 2. Maneio de Agroquímicos na Fazenda

- Formação do promotor e dos seus técnicos no tratamento químico e biossegurança a implementar
- Realizar rotação de culturas para reduzir/limitar a incidência de pragas e doenças
- Organizar armazém na fazenda para receber os químicos
- Definir calendário de tratamento para cada cultura/parcela. Evitar sobre dosagem de pesticidas
- Definir numero limitado de trabalhadores aptos para realizar os tratamentos químicos e assegurar que eles tem treinamento ou capacidades apropriadas
- Equipar os trabalhadores de equipamento de segurança para tratamentos (fato macaco, botas, luvas, mascaras e óculos de proteção)

**BRL Engenharia** **SIRIUS**

### Medidas de Mitigação para Agricultura

#### 2. Maneio de Agroquímicos na Fazenda

- Experimentar a utilização de inseticidas naturais a base de maceração de plantas venenosas, folhas de nem, alho, piri piri, etc
- Seguir calendário de adubação com boas dosagens
- Realizar quando possível adubação localizada e enterrar rapidamente os adubos particularmente de nitrogénio
- Experimentar a produção de adubo foliar natural a base de maceração de folhas de leguminosas
- Fazer análises foliares das culturas para identificar eventual presença de défice em nutrientes e micro elementos.

**BRL Engenharia** **SIRIUS**

### Medidas de Mitigação para Agricultura

#### 3. Gestão dos resíduos sólidos, manutenção das maquinas e dos óleos queimados

- Manter a pratica de produzir composto a partir de material biológico (capim, animais mortos, cinza de cozinha, papel)
- Introduzir sistema de cesto de lixo separado e fazer a triagem entre os diferentes resíduos sólidos
  - Cesto para resíduo de ferro
  - Cesto para resíduo plásticos
  - Cesto para resíduo de plástico
  - Cesto para resíduo de recipiente de químicos e outros tóxicos
  - Cesto especial para pilhas e outros elementos com metais pesados
- Regularmente levar os diferentes tipos de lixo nos lugares adequados. construção duma oficina que permitirá melhor manutenção dos equipamentos e limitação das poluições
- Óleo queimado recolhido num baril especial. Outros poluentes da oficina eliminados a seguir o Programa de Gestão de Resíduos sólidos



**Medidas de Mitigação para Agricultura**

#### 4. Energia, qualidade de ar e mudanças climáticas

- Organizar para produzir quando é possível com painéis solares como no caso da motobomba solar
- Limitar o trabalho dos solos em solos demasiado secos.
- Evitar a saída dos tratores sem razões necessárias.
- Finalizar um programa de plantação de árvores a volta das parcelas agrícolas.
- Manter a fazenda protegida contra incêndios e fazer palestras contra os incêndios na aldeia vizinha

**Medidas de Mitigação para Agricultura**

#### 5. Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda

Sessões de sensibilização sobre o Género, VBG;

- Medidas de biossegurança de Covid 19
- Aplicação de medidas de HSST
- Sensibilização de HIV/SIDA
- Avaliar a arduosidade de cada tarefa e as formas de facilitá-lo
- Organizar uma visita médica anual para cada funcionário
- Verificar o caderno de vacina de cada trabalhador
- Manter dentro da fazenda um kit de primeiros socorros e estoque mínimo de medicamentos
- Ter sempre o contacto telefónico dum médico ou centro de saúde dos arredores da fazenda
- Organizar dentro da fazenda em lugares estratégicos sanitas básicas
- Organizar reservas de água potável a disposição do pessoal e permitir para todos os trabalhadores (permanente e eventuais) ter acesso a água potável

**Medidas de Mitigação para Agricultura**

#### 6. Impactos sociais nos trabalhadores da fazenda

- Avaliar a arduosidade de cada tarefa e as formas de facilitá-lo
- Organizar uma visita médica anual para cada funcionário
- Verificar o caderno de vacina de cada trabalhador
- Manter dentro da fazenda um kit de primeiros socorros e estoque mínimo de medicamentos
- Ter sempre o contacto telefónico dum médico ou centro de saúde dos arredores da fazenda
- Organizar dentro da fazenda em lugares estratégicos sanitas básicas
- Organizar reservas de água potável a disposição do pessoal e permitir para todos os trabalhadores (permanente e eventuais) ter acesso a água potável

**Medidas de Mitigação para Agricultura**

#### 6. Relacionalmente com as comunidades locais

Uso de mão de obra eventual

O proponente deve investir:

- Acompanhamento da aldeia em relação com aspetos de conflitos culturais
- Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais
- Participar em campanhas para melhorar a situação

Fazer palestras dentro da aldeia para cada família organizar sanitas

Fazer palestras dentro da aldeia para cada família organizar o seu acesso a água potável e apoiar a fazenda para concertar o poço de água potável

**Arranjo Institucional para Implementação do PGAS**

**A UIP (Unidade de implementação/PDAC)** - A UIP/PDAC tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLi - Sirius.

**O Banco Mundial** tem a responsabilidade de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto

**O TSP BRLi - Sirius** é responsável pela elaboração, supervisão e monitoria directa de implementação das acções do presente PGAS

**O Proponente - Fazenda Mati** - Ele é o principal responsável da implementação das atividades concreta

**Arranjo Institucional para Implementação do PGAS**

**Outras atribuições do TSP BRLi SIRIUS**

Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementá-lo.

Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS

Apoiar o proponente a formular regulamentos internos e procedimentos particulares em relação com as medidas ambientais e sociais definidas

Monitorar/controlar a implementação do PGAS

Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS

Garantir condições de correção de eventuais não conformidades com o PGAS

Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC.

Informar o PDAC caso o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda



**BRL** Engenharia **SIRIUS**

**Arranjo Institucional para Implementação do PGAS**

**O Proponente – Fazenda Mati** – é o principal responsável da implementação das atividades concreta.

Implementar as medidas acordadas no subprojecto do presente PGAS

Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes

Participar activamente nas ações tendentes a mitigar os impactos negativos ao ambiente.

Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar ações para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19 e outras doenças,

Implementar ações de segurança, saúde e proteção ambiental e social como definida no PGAS;



### Anexo IV.3 : Legislações e políticas do Governo

#### **Legislação ambiental e social angolana**

Lei nº 5/98 de 19 de Junho- Lei de bases de ambiente

Decreto nº 117/20 de 22 de Abril- Avaliação de Impactos Ambientais e Licenciamento ambiental

Lei nº 6ª/04 de 8 de Outubro)- Lei sobre os recursos biológicos e aquáticos

Decreto-lei nº 6/02 de 21 de Junho - Lei das águas

Decreto presidencial nº 190/12 de 24 de Agosto- Gestão de resíduos;

**Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género** – Aprovada na sessão de Conselho de Ministros do dia 25/09/013, visa reforçar a promoção dos direitos humanos em geral e da mulher, na vida política, social, económica e cultural promovendo desta forma a igualdade e equidade de género;

**Lei da Violência Doméstica**- aprovada definitivamente em 14 de Julho de 2011, por unanimidade, pelo parlamento angolano, tem a função de evitar e condenar actos de violência doméstica mesmo os praticados por mulheres,

**Lei Geral do trabalho** e o Decreto Presidencial 155/16 Regime Jurídico do Trabalho Doméstico e de protecção Social do Trabalhador de Serviço Doméstico e um olhar muito particular para a Lei do Trabalho do trabalho Doméstico,

**Lei 12/25 sobre a proteção Integral e desenvolvimento da Criança**; visa reforçar e harmonizar os instrumentos legais e institucionais destinados a assegurar os direitos da criança; e tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e em demais legislações aplicáveis.



PROCESSO N.º 21-1.3/2001



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural  
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DO KUANZA SUL  
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO RURAL

HANDLOGO,  
O Governador do Kuanza Sul

N.º 217/DP/DNOR/RS/2001

**TÍTULO DE CONCESSÃO DE TERRAS**  
(EM REGIME EXPLORATÓRIO LIMITADO)

De acordo com o despacho de Sua Excelência Senhor Delegado Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de 27 de JIHO de 2001 e a devida homologação de Sua Excelência Senhor Governador do Kuanza Sul, é concedido a título ~~provisório~~ **LIMITADO** a (o) ~~PARCELA 117/DP/DNOR/RS/2001~~ **PARCELA 117/DP/DNOR/RS/2001** para fins de exploração ~~AGRICOLA~~ **AGRICOLA** a ~~PARCELA DE TERREIRO~~ **PARCELA DE TERREIRO** com uma área de ~~8888 23 88888 Ha.~~ **8888 23 88888 Ha.** localizada no ~~QUILMA~~ **QUILMA** Província de ~~KUANZA SUL~~ **KUANZA SUL** Município de ~~A M R O T M~~ **A M R O T M** Comuna de ~~Aldeia de~~ **Aldeia de**

Esta concessão é válido por ~~8888 25 88888~~ **8888 25 88888** anos.

Sumba, 27 de JIHO de 2001.

O DELEGADO PROVINCIAL,